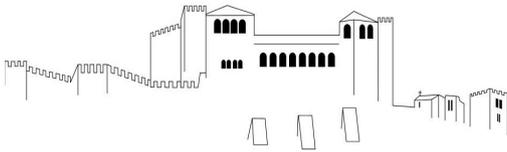
**ATA N.º 6/2022****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 24 DE JUNHO DE 2022**

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no auditório do teatro Miguel Franco, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram **presentes** os seguintes deputados municipais:

1. Abel de Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barreiro Neto;
4. Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho;
5. António Lacerda Sales;
6. António Ferreira Pereira de Melo;
7. Artur Rogério de Jesus Santos;
8. Carlos Alberto Garcia Poço;
9. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
10. Céline Moreira Gaspar;
11. Cristiana Duarte Pinto;
12. Eugénia Maria de Jesus Costa;
13. Fábio Micael Costa Bernardino;
14. Helena Cristina da Fonseca Brites;
15. Hugo Miguel Heleno Morgado;
16. José Artur das Neves Ferreira;
17. José Carlos Matias;
18. José da Silva Alves;
19. José Manuel da Cunha;
20. Júlio Paulo Videira de Jesus;
21. Luís Manuel Coelho Prata;
22. Luís Paulo Pereira Fernandes;
23. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
24. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Serôdio;
25. Mário de Sousa Gomes;
26. Mário João Ley Garcia;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

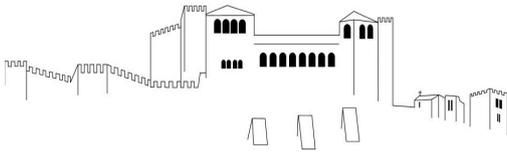
27. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
28. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
29. Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão;
30. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
31. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
32. Pedro António Amado da Assunção;
33. Raul Testa Fortunato Faustino;
34. Renato José dos Santos Cruz;
35. Sofia da Silva Francisco;
36. Susana Margarida Martins Sequeira Bertão;
37. Telma Carreira Curado;
38. Telmo Filipe Moreira Marques;
39. Tiago António Leal Duarte;
40. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
41. Tiago Miguel Gago dos Santos;
42. Vítor Manuel Casimiro Matos;

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;

Os seguintes deputados municipais **solicitaram a sua substituição**:

- Paulo Pedrosa Pedro, substituído por Rui Alexandre Pereira Lebreiro;
- Fernando Paulo Mateus Elias, substituído por Cláudia Alexandra Machado Santos da Silva;
- Filomena Marília Henriques Carvalho, substituída por Dário Seguro Joaquim;
- Manuel António Azenha dos Santos Pereira, substituído por Luís Miguel Ferreira da Silva;
- Joana Maria de Brito Cartaxo, substituída por Manuel Lopes;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

- Maria Margarida Guarda Verdades de Sá, substituída por Cristina Pinheiro Marques Lopes;
- Mário Rodrigues (UF Santa Eufémia e Boa Vista), substituído por Carla Costa (Secretária da UF).
- Sandro Miguel Monteiro Ferreira (UF Souto da Carpalhosa e Ortigosa), substituído por Pedro João (Secretário da UF).

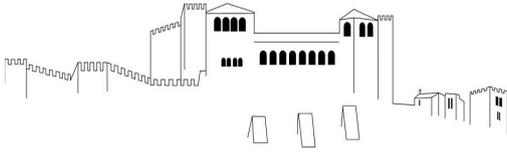
Faltou a senhora Vereadora Ana Catarina de Moura Louro (falta justificada).

O senhor deputado João Paulo Lavos Morais solicitou a sua substituição atempadamente tendo sido convocado como seu substituto o senhor deputado Hilário Pereira Estrada que não esteve presente na sessão.

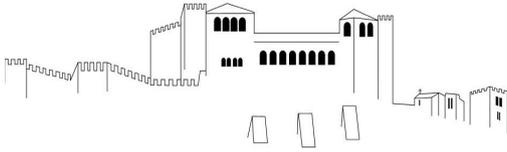
A sessão foi presidida pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, António Lacerda Sales, pelo **1.º Secretário da Mesa**, José da Silva Alves, e pela **2.ª Secretária da Mesa**, Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra.

Havendo "quórum", foi pelo senhor **Presidente em exercício** declarada aberta a sessão, eram **21h34 horas**, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento;**
- 2. Declarações de carácter obrigatório: Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2021 do Grupo Autárquico do Município de Leiria – Apreciação, discussão e votação;**
- 3. Relatório e Contas de 2021 e o Plano de Atividades de 2022 da Startup Leiria – Para conhecimento;**
- 4. Juntas de Freguesia:**
 - 4.1. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura do apoio para despesas de capital – Freguesia da Bidoeira de Cima - Apreciação, discussão e votação;**
 - 4.2. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura do apoio para despesas de capital – Freguesia de Maceira - Apreciação, discussão e votação;**
 - 4.3. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração das candidaturas dos apoios de despesas de capital – União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira - Apreciação, discussão e votação;**



- 4.4. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura do apoio para despesas correntes – União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa -** Apreciação, discussão e votação;
- 4.5. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura do apoio de despesas de correntes e de despesas de capital – União das Freguesias de Parceiros e Azoia -** Apreciação, discussão e votação;
- 4.6. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração das candidaturas do apoio para despesas de correntes e despesas de capital –Freguesia de Amor -** Apreciação, discussão e votação;
- 4.7. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e Freguesia de Bidoeira de Cima no âmbito da execução de obras diversas - 6.^a Adenda -** Apreciação, discussão e votação;
- 4.8. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 7 -** Apreciação, discussão e votação;
- 4.9. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito da Manutenção da Faixa de Gestão de Combustível da Rede Secundária – Rede Viária Municipal – Revogação de deliberação -** Apreciação, discussão e votação;
- 4.10. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da promoção do desenvolvimento sustentável – Retificação da Adenda n.º 1 -** Apreciação, discussão e votação;
- 4.11. Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. Acordo de transferência de competências e Auto de transferência de recursos com a União das Freguesias de Colmeias e Memória– Adenda n.º 1 -** Apreciação, discussão e votação;
- 5. Afetação do leito de um caminho ao Domínio Público Municipal, sito Cruz D’ Areia na União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes -** Apreciação, discussão e votação;



6. Regulamentos:

- 6.1. Regulamento Específico da Zona de Estacionamento do Centro Histórico de Leiria** - Apreciação, discussão e votação;
- 6.2. Projeto de Regulamento de Benefícios Fiscais para a Reabilitação Urbana do Município de Leiria** - Apreciação, discussão e votação;
- 6.3. Projeto de Alteração ao Regulamento do Prémio Literário Afonso Lopes Vieira** - Apreciação, discussão e votação;

7. Áreas de Reabilitação Urbana (ARU):

- 7.1. Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Núcleo Antigo de Monte Real** - Apreciação, discussão e votação;
- 7.2. Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Monte Real – Termas** - Apreciação, discussão e votação;
- 8. Vouchers Turísticos e de Ofertas de Leiria para 2022** - Apreciação, discussão e votação;
- 9. Suspensão de taxas de ingresso no Agromuseu Municipal Dona Julinha e Moinho do Papel** - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** a todos cumprimentou e deu início à sessão começando a senhora **2ª Secretária** por efetuar a chamada de modo a verificar-se se já existia quórum para se poderem iniciar os trabalhos. Confirmada a existência de quórum o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão começando por informar as faltas e os pedidos de substituição da sessão.

De seguida, fez saber que as atas referentes às sessões de 18 de fevereiro e 4 de março 2022, que foram disponibilizadas a todos para leitura, se encontravam para aprovação tendo submetido as mesmas à apreciação.

Começou por submeter a **ata nº 2/2022** (sessão ordinária 18 fevereiro 2022) à votação.

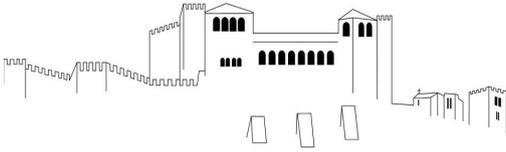
A ata foi aprovada **por maioria, com 4 abstenções**.

De seguida, submeteu a votação a **ata n.º 3/2022** (sessão extraordinária 4 março 2022).

A ata foi aprovada **por maioria, com 1 abstenção**.

Continuando a sua intervenção o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, enumerou as representações efetuadas Assembleia Municipal durante o período de 16 de maio até 24 de junho.

Como tem vindo a ser feito em outras Assembleias Municipais, e de modo a não retirar aos munícipes o seu direito a usar da palavra na sessão, também a Assembleia Municipal de Leiria permitiu a sua inscrição, tendo-se inscrito dois munícipes.



Munícipe Dinis Francisco

Transcrição:

*"Cumprimento o Presidente da Mesa, Presidente da Câmara, Vereadores, membros da mesa e assembleia, Presidentes de Junta e todos os concidadãos,
Boa noite a todos.*

Sou Dinis Francisco e venho por este meio expor o pedido para uma intervenção de fundo da Estrada Municipal CM1038.

A Estrada Municipal CM1038 é a via que liga Bidoeira de Cima à Guia. E quem por lá passa, consegue visualizar as bermas com reduzida manutenção, poças de água no meio da via por inexistência de um correto escoamento de águas pluviais, asfalto extremamente rachado e fendido e com muitos abatimentos, bem como inúmeras intervenções pontuais feitas por incontáveis reparações.

Uma estrada de grande utilização às portas do Concelho e que não aparenta ter sido construída para salvaguardar a estabilidade e segurança para a atual intensa utilização. Ou seja, pela importância que apresenta, esta via encontra-se num estado lastimoso.

Estou a falar do Caminho Municipal que liga o IC2 à Estrada Nacional 109.

Uma via com muito trânsito, com passagem de inúmeros carros ligeiros e pesados, que coloca em causa não só a segurança rodoviária dos seus utilizadores, bem como, à população que habita junto desta estrada e sobretudo, não esquecendo, aos peregrinos que vão em direção a Fátima.

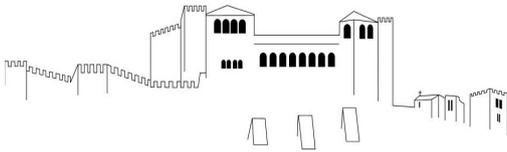
Senhor Presidente da Câmara, estou a realizar esta minha intervenção para pedir uma obra estrutural e sustentada do Caminho Municipal 1038. Que permita a utilização de todos os automobilistas em total segurança rodoviária. Que pode auferir o proveito dos transeuntes e ciclistas. Que consente aos seus moradores viver com maior tranquilidade. Que permite o seu usufruo por parte dos peregrinos em total confiança.

Uma estrada que esteja verdadeiramente preparada e capacitada para a sua devida e respetiva utilização para a qual fora projetada.

O Senhor Presidente da Câmara sabe da influência que esta estrada, este elo de ligação entre o Barracão e a Guia, tem num futuro próximo.

Com esta via devidamente reconstruída e apetrechada, o Senhor Presidente da Câmara poderá ter mais um motivo, mais um argumento importantíssimo para requerer, para solicitar, para exigir, junto das entidades competentes, a construção de um nó da Autoestrada A1 na zona de Barracão e Meirinhas.

Uma reivindicação tão urgente e indispensável.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Porque esta melhoria deste Caminho Municipal, permite progredir as acessibilidades, os acessos para a Autoestrada A17, localizados em Monte Redondo e Guia, bem como a futura zona industrial de Monte Redondo.

É por este motivo que estou a pedir a intervenção do Caminho Municipal 1038, para que a zona norte do concelho de Leiria tenha fortes possibilidades para um desenvolvimento económico e sustentável.

E acredito, com a colaboração e cooperação por parte do Presidente da Câmara de Pombal este progresso possa ser atingido.

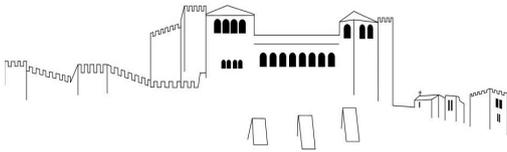
Obrigado.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Cumprimentou todos os presentes.

Agradeceu a intervenção do senhor Dinis Francisco relativamente à estrada municipal 1038, que liga a Bidoeira à Guia. Explicou ser uma estrada que tem um percurso no Município de Leiria e outro percurso no Município de Pombal e onde em 2014 / 2015 a Câmara fez uma intervenção no valor de cerca de 1,2 milhões de euros. Referiu que tem um troço já intervencionado numa extensão considerável faltando apenas intervencionar 3 Kms nomeadamente no asfalto, bermas, passeios e saneamento básico. No que diz respeito à rede de saneamento básico explicou que esse troço está dependente de um entendimento com a Câmara Municipal de Pombal relativamente à repartição das despesas uma vez que a estrada é partilhada pelos dois Municípios. Afirmou ser esse o trabalho que tem vindo a ser realizado entre os técnicos dos dois Municípios uma vez que é necessário também definir aquilo que é a rede de saneamento neste percurso esperando que em breve consigam chegar a um ponto de entendimento com a Câmara de Pombal que permita concretizar a obra, obra essa que na sua opinião é necessária para tentar ultrapassar o troço que ainda não foi intervencionado e cujo valor se estima em cerca de 1 milhão de euros.

Relativamente à questão da ligação do IC2 ao Barracão esclareceu terem sido já efetuadas três reuniões sobre esse assunto sobretudo com os autarcas das Freguesias que ligam e estão naquela zona de influência. Disse ter havido também uma reunião com empresários das diversas Freguesias envolventes tendo ficado definido o agendamento de uma reunião com as Infraestruturas de Portugal e também a preparação de um movimento cívico que dê suporte a estas iniciativas. Informou que irão fazer não só a reunião quando for agendada, mas também ativar aquilo que é uma análise em termos de intervenção naquele território numa obra que é reclamada há bastante tempo à semelhança de outras que são reclamadas e não têm sucesso. No seu entender, esta intervenção merece todo o mérito uma vez que irá trazer vantagens para a região e, em particular, para aquele território uma vez que se torna mais fácil o acesso não só de mercadorias, mas também de pessoas



dinamizando a parte económica, empresarial e habitacional uma vez que se torna mais próximo para chegar a outros pontos de ambos os concelhos. Continuou dizendo que daquilo que foi a análise do historial deste processo, que tem cerca de dez anos de existência, houve uma resposta por parte das Infraestruturas de Portugal a dizer que a concessionária da autoestrada tinha dúvidas sobre a viabilidade e a sustentabilidade financeira daquela intervenção uma vez que teriam de ser eles a fazer a obra. Fez saber que daquilo que sentiram e decidiram é que deveriam também fazer uma análise cuidada não só do montante que custará uma intervenção dessas, mas medir aquilo que são os impactos económicos que ela irá trazer para a economia local, mas também para a própria Brisa uma vez que poderá aumentar o seu volume de faturação com mais uma portagem porque desde a altura em que foi feito esse estudo até hoje muito mudou em termos daquilo que são as despesas de funcionamento das portagens. Disse que na altura existiam bastantes recursos humanos que teriam de ser anexados sendo que atualmente são praticamente todos mecânicos e/ou automáticos o que faz com que exista a necessidade de comprovarem à Brisa sobre a valia desta possibilidade.

Esclareceu ser uma obra que não depende das Câmaras e das Juntas, mas sim das Infraestruturas de Portugal autorizar que a Brisa faça essa obra, uma vez que é concessionária sendo por isso necessário aliciar e convencer o mérito da sua proposta eventualmente até incentivando uma parte da intervenção ou até do próprio projeto.

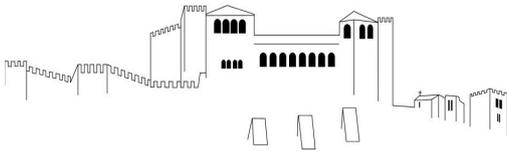
Munícipe Tânia Franco Vieira Gomes Pinto

Transcrição:

"Em fevereiro deste ano tive a oportunidade de estar presente numa reunião informal na sede da junta de freguesia de regueira de pontes com a presença de representantes da Câmara municipal de Leiria, Engº Ricardo Santos e Dr. Luiz Lopes e do Dr. Vitor Casimiro, Presidente dessa mesma junta de freguesia, para alguns esclarecimentos sobre a empresa Absorvalor.

Pelo que pude perceber durante essa reunião, a empresa Absorvalor, Lda. sediou-se na minha freguesia por volta de 2016 e labora ininterruptamente desde então na reciclagem de plásticos.

Nessa mesma reunião verifiquei que o Plano Diretor Municipal da zona da empresa não se adequava à atividade da mesma. Como é que a empresa obteve um alvará da CCDR estando numa área não adequada? Com que parecer favorável foi obtido esse licenciamento? Teve a Câmara conhecimento de tal facto e agiu em conformidade ou a Câmara não teve qualquer tipo de conhecimento do facto e tudo foi feito na obscuridade?



Município de Leiria Assembleia Municipal

A Absorvalor executou obras nas suas instalações na freguesia de regueira de pontes sem o devido licenciamento. Tendo a Câmara conhecimento de tal facto que contraordenações instaurou à empresa, quantas coimas lhe foram aplicadas e quais os seus montantes?

Relativamente à atividade em si da empresa Absorvalor e das condições em que laborou e labora foi dito na reunião de fevereiro que a empresa tinha recebido toneladas de plástico oriundos de aterros espanhóis cuja origem primária se desconhece. Não tendo empresa as devidas condições de tratamento de águas residuais, nomeadamente uma etar apropriada, esses lixiviados têm sido libertados a céu aberto escorrendo para os terrenos adjacentes como demonstram todos os autos instaurados pelo CEPNA da GNR. essas escorrências põem em causa a saúde pública e o meio ambiente. Na altura manifestei a minha preocupação sobre o conteúdo desses lixiviados e do impacto nocivo no meio envolvente. Perante este conhecimento dos factos a Câmara procedeu a alguma análise aos terrenos e águas subterrâneas circundantes? Avisou alguma entidade de saúde pública ou ambiental para procederem em conformidade?

Eu enquanto habitante naquela área tomei das devidas diligências e mandei analisar as águas dos poços naquela área. Sabiam vossas excelências que foram encontrados metais pesados de valor elevado nessas águas e que eram inexistentes no passado?

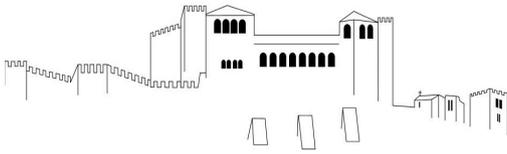
Peço à Câmara que tome em consideração todos estes factos e a minha preocupação e pergunto o que pensam fazer para o futuro?

Obrigado."

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor Vereador Ricardo Santos que efetuasse uma intervenção sobre o assunto.

Intervenção do senhor Vereador Ricardo Santos

"Boa noite a todos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa e todos os presentes aqui e também que nos ouvem lá em casa. Relativamente a esta exposição pela munícipe Tânia relativamente à laboração da empresa Absorvalor, em Regueira de Pontes, e também na sequência da reunião que tivemos, a reunião de esclarecimentos que tivemos na sede da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes em fevereiro esclarecer que este edifício está licenciado há alguns anos para armazém, licenciamento que foi emitido pela Câmara e o título de operador de gestão de resíduos foi emitido em tempos pela entidade competente, não neste caso a Câmara Municipal de Leiria, mas sim pela CCDR que é a entidade competente para emitir este tipo de licenças, as chamadas licenças de operadores de gestão de resíduos, portanto, a competência para aprovar, digamos assim, a atividade deste tipo de gestão de resíduos compete à CCDR, portanto, esse título foi emitida em tempos sendo que não cumprindo com determinadas regras no âmbito até do próprio licenciamento municipal, uma vez que a atividade para a



Município de Leiria Assembleia Municipal

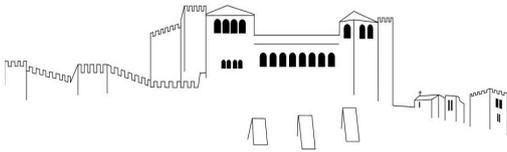
qual estavam licenciados não é correspondente com aquilo que eles estavam efetivamente a exercer, portanto, essa licença foi revogada ou não foi renovada pela entidade competente. Desde há alguns meses para cá tem havido várias ações de fiscalização quer por parte da Câmara Municipal de Leiria em que foram emitidos autos de notícia, participações foram levantadas e conseqüentemente processos de contraordenação foram criados e também da parte da CCDR também nos mesmos moldes dentro daquilo que é a sua área de atuação lavrou vários autos de notícia e, portanto, também procedeu à criação de autos de contraordenação, portanto, estão a tramitar quer na CCDR, quer também no SEPNA e também no Município de Leiria vários processos de contraordenação para que se possa resolver então esta atividade, neste caso da Absorvalor. Entretanto, com a 5ª alteração do PDM foram feitas algumas adaptações relativamente ao território, neste caso concreto foi definida uma mancha de zona industrial em que aqui nesta zona onde está a laborar a Absorvalor outras unidades industriais poderão ser criadas, obviamente que a sua atividade terá que ser regulada e no campo ambiental obviamente também com a colaboração da Câmara Municipal de Leiria terá que ser devidamente fiscalizada quer no âmbito do projeto, quer no âmbito da atividade pelas entidades competentes mais concretamente, e volto a repetir, com a CCDR que, no fundo, é a entidade que coordena e que é responsável pela confirmação e, digamos assim, pela gestão eficaz do ponto de vista ambiental nas mais diversas áreas quer da parte de descarga de águas residuais, quer de emissão de efluentes gasosos, portanto, todas as outras condicionantes no que respeita à matéria ambiental é feita a respetiva fiscalização e acompanhamento por esta entidade. De referir ainda que nas últimas semanas tem havido, nos últimos 2/3 meses tem havido várias reuniões entre os serviços de ambiente do Município de Leiria com a própria CCDR no sentido de resolver o processo e, portanto, da parte do Município de Leiria como também penso que da parte da CCDR haverá todas as condições para que se possa regularizar esta atividade obviamente cumprindo com aquilo que são as regras do ponto de vista ambiental como todas as outras empresas que geram efluentes líquidos, gasosos ou até mesmo resíduos sólidos, portanto, terão que cumprir com determinadas regras e no caso dos operadores de gestão de resíduos as regras são ainda mais apertadas e, portanto, essa verificação será feita de forma contínua por estas entidades, obviamente sempre com acompanhamento por parte do Município de Leiria. Muito Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado **Manuel Lopes – PCP**

Transcrição:

"Obrigado senhor Presidente.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara e todos os senhores e senhoras.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Meus senhores aqui presentes, venho aqui só dizer que estou chocado, estou muito chocado, mas nós não estamos em Portugal? Nós não estamos na Europa? Quer dizer, a gente vê na televisão aquilo que se passa, coisas deste género que se passa na África e coisas assim, mas nós estamos em Portugal. Da última vez que vim aqui falámos aqui de uma sucateira que vai para uma aldeia desmontar camiões vindos do estrangeiro e assim aparentemente com toda a vontade. Agora ouço aqui que há uma fábrica em Regueira de Pontes que continua a laborar sem licença, com o prejuízo para as populações que aqui foram descritos, o que é isto? Será que esta Assembleia não tem o poder para indagar junto do Governo, pelos vistos, portanto, quem está agora encarregue de emitir licenças ou tirar licenças são entidades superiores, CCDR e assim, será que esta Assembleia não tem o poder de pedir o que é que se está a passar? De investigar? Isto é a Europa. Na América Latina passam-se coisas destas e pessoas que as denunciam correm risco de vida e são assassinadas. Quer dizer, nós estamos um bocado longe disso, nós vivemos em democracia, temos, temos meios democráticos de controlar estas situações. Eu espero que isto seja visto. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado **Telmo Marques – Iniciativa Liberal**

Transcrição:

“Muito boa noite a todos.

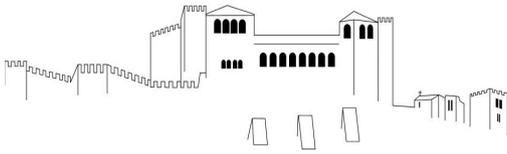
Fiquei só com uma pequena dúvida, talvez para o senhor vereador, se antes da 5ª alteração ao PDM aquela área já estava ou não delimitada com memória para poder haver indústria naquele sítio. Não? (gravação impercetível). OK, então nesse caso a minha questão é, essa 5ª alteração ao PDM e a alteração daquela zona para poder acolher indústria foi feita por causa da existência daquela, daquela (gravação impercetível). Nessa altura já existiam mais unidades a exercerem naquela zona? (gravação impercetível). Ok, pronto, vou só terminar a minha intervenção dando oportunidade de depois responderem, mas fica a ideia de que a mancha industrial foi criada porque a Absorvalor foi para o local e depois de estar a exercer sem licenciamento então foi criada uma mancha ali à volta. Deixo a oportunidade de responder.”

Intervenção do senhor **Vereador Ricardo Santos**

Transcrição:

“Só para esclarecer que a mancha que foi agora criada no âmbito da 5ª alteração é muito maior do que aquilo que é a área delimitada pela atividade da própria Absorvalor. O objetivo não é resolver a questão Absorvalor, é permitir que naquela zona sejam criadas outras unidades industriais.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.

***** PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA *****

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou este período referindo a existência de uma moção apresentada pelo PSD tendo dado a palavra ao senhor deputado Pedro Assunção.

Moção "São necessárias medidas para resolver os problemas do estado da saúde no Concelho de Leiria"

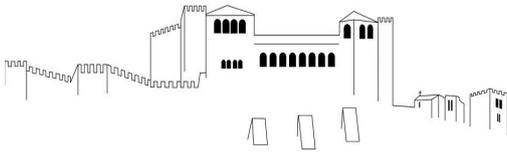
Segundo a Constituição da República Portuguesa o direito à proteção da saúde assume-se como um dos pressupostos fundamentais do princípio da dignidade da pessoa humana, e é reconhecido como um direito fundamental de todos os cidadãos, sendo a sua proteção competência do Estado.

O que assistimos nos últimos anos, com um acentuado recente agravamento, é uma incapacidade do estado em garantir assistência média a todos os cidadãos, mesmo àqueles que o proclamado estado social, ou estado providência deveria proteger.

As teimosias ideológicas do governo PS, de que é exemplo o fim das parcerias público-privadas na área da saúde, que segundo um relatório do tribunal de contas geraram poupanças para o estado de 203,3 milhões de euros entre 2014 e 2019, e a aversão à complementaridade entre o Serviço Nacional de Saúde e o setor social e privado, têm nos conduzido ao estado atual da área da saúde: incapacidade do estado de garantir assistência médica aos cidadãos quando dela necessitam, com o correspondente sentimento de insegurança que alastra pela população.

O Hospital Distrital de Leiria, projetado para servir uma população de cerca de 250.000 utentes, fruto dos sucessivos alargamentos da sua área de influência, primeiro aos concelhos de Pombal e Alcobaça, e mais recentemente a Ourém e a Fátima, aumentou a população por ele assistida para cerca de 430.000 utentes, residentes nos concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós, Nazaré, Pombal, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Ourém, e parte dos concelhos de Alcobaça e Soure, constituindo o hoje denominado Centro Hospitalar de Leiria.

Ao aumento do número de utentes, não tem correspondido o necessário e adequado reforço de dotações financeiras, técnicas e de pessoal. Ao invés disso, constata-se a diminuição da capacidade assistencial, e a um decrescente número de médicos em algumas especialidades, que desmotivados e descontentes com as condições e sobrecarga de trabalho, e com a falta de reconhecimento e valorização do seu esforço, optam por prosseguir a sua atividade profissional noutras unidades de saúde pública ou no privado, debilitando cada vez mais a capacidade do Centro Hospitalar de Leiria, e cuja tendência,



Município de Leiria Assembleia Municipal

fruto das condições atuais, tende a agravar-se. Prova disso, é a crescente apresentação de cartas individuais de escusa de responsabilidade clínica e pedidos de transferência e de cessação de contratos de trabalho.

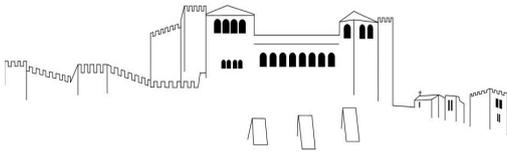
Resultado da falta de investimento nas unidades de saúde e de uma gestão negligente por parte do Ministério da Saúde, que conduziu à falta de médicos para assegurar o preenchimento das escalas e o aumento do número de utentes, a situação assume já contornos dramáticos, com várias situações de encaminhamento de doentes emergentes para outros hospitais, nomeadamente para o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, ao encerramento do serviço de urgência, e ao aumento do tempo de espera para consultas e atos cirúrgicos.

Se a situação do Hospital Distrital de Leiria é dramática, nos centros de saúde também não se verificam melhoras. Efetivamente dos cerca de 141.000 utentes inscritos nos centros de saúde do concelho de Leiria, cerca de 14.500 ainda não têm médico de família.

Expetável pelos Leirienses, e não reivindicando exceção ou favorecimento, seria que os problemas sentidos no estado da saúde no Concelho, fossem bem percecionados pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deputado eleito pelo distrito de Leiria, e Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Leiria na sua reunião de 24 de junho de 2022 delibera:

- 1.Saudar e apoiar as manifestações da sociedade na defesa do direito constitucional à proteção na saúde;*
- 2.Manifestar a sua preocupação pela degradação da capacidade assistencial das unidades de saúde do concelho;*
- 3.Manifestar o reconhecimento da sua ação e solidariedade para com os profissionais de saúde que prestam serviço no concelho;*
- 4.Solicitar ao governo que implemente políticas públicas de gestão dos recursos médicos, que promovam a valorização profissional, fixação e perspetivas de carreira atrativas;*
- 5.Exigir ao governo a garantia de médico de família para todos os utentes inscritos nas unidades de cuidados de saúde primários do concelho;*
- 6.Exigir ao governo a dotação do Hospital Distrital de Leiria, com os meios humanos, médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais, instalações e meios técnicos adequados ao número de utentes que atualmente abrange na sua área de influência;*
- 7.Solicitar uma reunião com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e Presidente da Assembleia Municipal, com a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal,*



Município de Leiria
Assembleia Municipal

líderes dos grupos municipais, e dirigentes concelhios dos partidos com representação municipal;

8. Enviar esta Moção para: Senhor Presidente da República; Senhor Presidente da Assembleia da República; Senhor Primeiro-ministro; Senhora Ministra da Saúde; Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Ordem dos Médicos; Ordem dos Enfermeiros; Sindicatos representativos dos Profissionais da Área da Saúde.”

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa – PS

Transcrição:

Sr. Presidente da AML e na sua pessoa todos os deputados e deputadas municipais,

Sr. Presidente da Câmara e na sua pessoa todos os Srs. e Sras. Vereadores,

Srs. Presidentes das Juntas e Uniãos de Freguesias,

Municípios aqui presentes e os que acompanham online,

Staff de apoio,

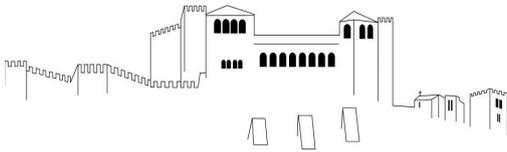
Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa,

Srs. Jornalistas,

O Regimento desta Assembleia Municipal não impede a apresentação de moções ou outros votos em cima da hora. No entanto, foi entendido entre as várias forças políticas que se procurasse entregar este tipo de documentos até 48 horas de antecedência, para cada qual poder refletir e melhor poder ajuizar o seu sentido de voto. Isto não ficou em Regimento como obrigatoriedade, mas como recomendação.

Assim, esta moção entra, mas face ao seu conteúdo pouco tempo houve para a ler, tanto mais que, apenas, foi posto um papel em cada mesa e tanto quanto me apercebi, nem chegaram para todas as forças políticas. Contudo, não é por isto que o PS vai votar contra, mas vai fazê-lo por outras razões.

O PSD não cavalga a onda dos problemas com a saúde, fomenta o alarmismo. Não vou aqui e agora debater o Serviço Nacional de Saúde, porque todas as estruturas complexas têm as suas dificuldades que deverem ser refletidas com cuidado e não à pressa. O PSD com um texto que parte de ideias muito sensíveis para todos os cidadãos e mesmo procurando a emotividade, mistura neste texto o Centro Hospitalar de Leiria com questões de fundo sobre o funcionamento do SNS e ainda com a solidariedade com os profissionais de saúde. É uma amálgama demasiado confusa e alarmista que merece outra reflexão. É evidente que a moção aponta para algumas ideias que tocam às pessoas, mas depois baralha quer dizer, a partir dessas ideias ou desses conceitos ou das necessidades, o sentimento das pessoas que são aqui usados emotivamente depois baralha. Portanto, o que eu tenho aqui a dizer é que realmente o PS vai votar contra esta moção e aconselhar o PSD a consultar o



Município de Leiria
Assembleia Municipal

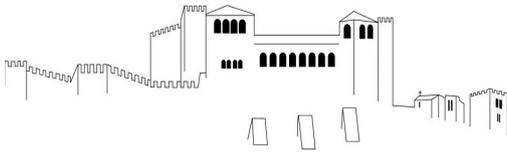
portal da transparência porque, se calhar, ficarão um pouco mais sossegados, um pouco mais aliviados em relação ao Hospital de Leiria. É evidente que serviços complexos como uma unidade hospitalar como é o Centro Hospitalar de Leiria tem sempre dificuldades, sempre. Não há nenhum serviço com uma estrutura orgânica complexa que não traga dificuldades, mas se consultarem o portal da transparência poderão ficar um pouco mais sossegados e direi que o hospital tanto a nível assistencial de investimento e de recursos humanos, as coisas têm vindo a melhorar, eu diria desde os governos socialistas de António Costa até hoje muitas foram as iniciativas do Centro Hospitalar de Leiria para melhorar a resposta assistencial aos seus utentes investindo mais de 20 milhões de euros nos últimos 7 anos. Já em 2022 entre investimentos já realizados em execução e projetados também já para este ano estão a ser investidos 2.441 mil euros. No que se refere às linhas de produção do Centro Hospitalar de Leiria tem aumentado a sua atividade assistencial invariavelmente ano após ano tendo em 2021 realizado mais de 309 mil consultas, mais de 18 mil cirurgias, mais de 20 mil sessões de hospital de dia, mais 19 mil internamentos, mais de 151 mil atendimentos em urgências, portanto, isto para além de, enfim, podíamos ir buscar mais números. Aquilo que o PSD aqui carrega, que é a falta de recursos e sobretudo recursos humanos que é, de facto, uma situação difícil, não é fácil. Por muitas razões daria aqui uma sessão para estarmos aqui a noite toda a discuti-las também desde os governos socialistas de 2015 até hoje, em 7 anos entraram mais 66 médicos especialistas, 45 médicos internos, 193 enfermeiros, 4 técnicos superiores de saúde, 40 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, 17 assistentes técnicos, 52 assistentes operacionais, 12 técnicos superiores. Portanto, penso que há aqui números claros, indesmentíveis, inequívocos que podem ser consultados no portal da transparência para ficarem um pouco mais sossegados. O PS vota contra esta moção.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

"Boa noite a todos. Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanha lá em casa.

Aqui um pouco dentro daquilo que o deputado Dr. Acácio trouxe também gostaria de ter recebido este documento com mais tempo. Sei que o Regimento prevê esta exceção, tudo correto, mas da mesma forma que nós pedimos à Mesa para entregar os documentos com maior antecedência possível acho que também devemos tentar fazer, e admito não tenha sido possível, mas tentar fazer aquilo que pedimos aos outros, nomeadamente aquilo que pedimos à Mesa. Discordo em relação àquilo que foi trazido pelo senhor deputado Acácio. O Hospital de Leiria não tem dificuldades, o Hospital de Leiria tem problemas sérios e gravíssimos muito mais dificuldades e convido também todos os presentes, quem quiser,



Município de Leiria
Assembleia Municipal

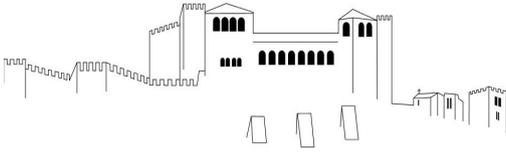
não a ir ao portal da transparência, mas ir ao próprio hospital, ir às urgências e aí aproveitar para mostrar os números, todo este investimento, todos estes médicos, tudo isto que foi trazido e que todos os dias ouvimos. Quanto a estes números, mostrar estes números às pessoas que lá estão à espera há horas, há horas para ter uma consulta e àquelas que estão à espera há anos e às vezes demasiado tarde para ter também uma consulta. Quanto à moção propriamente dita tudo certo, tudo faz muito sentido, acho que ninguém discorda do que aqui está escrito, tudo muito bonito, agora não deixa de ser, e com todo o devido respeito, que é muito, uma moção vaga, ambígua, desprovida de concretização e que sim, que vai à boleia daquilo que têm sido as notícias e a mediatização de um problema antigo e estrutural que atravessa muitos governos, que atravessou muitos partidos. Gostaria de ver propostas concretas de políticas públicas concretas que ajudassem, sim que ajudassem a ultrapassar, a solucionar os problemas já amplamente identificados em vez de uma mão cheia de nada. Disso já está a política cheia, já estão os Leirienses e os Portugueses cansados. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado **Manuel Cruz – PS**

Transcrição:

*“Boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa,
Senhor Presidente da Câmara e respetivos vereadores,
Senhores deputados, público aqui presente e nas plataformas digitais.*

Eu não estava, pelo menos não tinha intenção de intervir neste ponto, mas acho que esta moção, e sem pôr em causa o direito de se apresentarem moções, é um ataque encapotado ao Secretário de Estado Adjunto e da Saúde pelos cartazes que estão em todas as rotundas de Leiria, esta é a minha opinião, podem não a aceitar. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não querendo confundir a sua função que agora aqui representa quero-lhe dizer a si e a toda a Assembleia que a maior conquista pós 25 de Abril é o Serviço Nacional de Saúde. O que os outros fizeram em 80 anos nós fizemo-lo em 50. Fizemo-lo tão bem ou melhor do que os melhores. Pode haver coisas que não estão nos tempos atuais a correr tão bem como desejaríamos, como desejaria, mas certamente que esses são resultados da evolução dos tempos, das maiores necessidades de apoio à população, da evolução positiva da esperança de vida, do surgimento cada vez maior de situações pandémicas e necessidades de assistência médica. Uma certeza, temos dos melhores sistemas de saúde da Europa e do mundo. Sei que como nós está a sofrer com a situação atual, também sei que está a trabalhar arduamente para a resolver, a trabalhar para todos nós. Quero aqui neste lugar reconhecer todo o trabalho do seu Governo, em especial o seu trabalho e todo o seu empenho porque sei que está a dar o melhor de si. É com essa certeza e este apoio que lhe quero transmitir, obrigado.”



Município de Leiria Assembleia Municipal

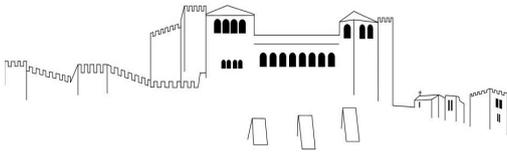
Intervenção do senhor deputado **Pedro Assunção – PSD**

Transcrição:

"Aquilo que me parece constatar desde logo é que o PS parece estar satisfeito com o estado da saúde. Há muitos números positivos que o senhor deputado Acácio Sousa trouxe aqui, portanto, se calhar, a moção está exatamente ao contrário, devia ser uma moção de elogio e de tudo de bom que parece existir, mas não existe e o problema é esse e, portanto, não existe e a moção o que faz um levantamento de problemas, naturalmente que são problemas que todos conhecemos, mas uma coisa é falar deles no café, outra coisa é falar deles numa Assembleia Municipal e já agora também gostaria de lembrar que o que diz a Constituição da República, nomeadamente no seu artigo 64º se não me engano, é que efetivamente a saúde é um direito, mas também é um dever do Estado tratar da saúde e o que acontece é que o Estado está a falhar e, portanto, se o Estado está a falhar todas as pessoas. o Estado não são propriamente paredes, são pessoas que ocupam lugares e que ocupam cargos e essas pessoas têm que ser chamadas à sua responsabilidade e é isso que o PSD aqui faz. Elenca um conjunto de problemas que são conhecidos, mas elenca e não é exaustivo, naturalmente, e propõe uma medida até que as pessoas, onde as pessoas e todos os partidos são chamados, nomeadamente no ponto 7 desta moção, onde todos os partidos aqui representados são chamados a participar pelo menos na proposta de uma solução e na discussão dos problemas mais em concreto para então levar ao Governo e, portanto, se isso é negativo registamos, não podemos fazer outra coisa. No entanto, eu penso que, e o PSD também pensa, que o problema é sério de mais para ser, digamos, tratado de forma binária com um sim ou com um não numa Assembleia Municipal. De facto, não nos foi possível trazer a moção mais cedo, o Regimento permite em caso de exceções, mas também não caracteriza essa excecionalidade e, portanto, nós trouxemos a moção exatamente um quarto de hora antes. No entanto, para que não fiquem, e se quiserem efetivamente tratar o problema de forma séria, o que nós propomos é que a moção seja discutida numa próxima reunião, exatamente a mesma moção e que seja tratada de forma, digamos, construtiva, digamos assim, porque é esse o nosso objetivo não é objetivo de ninguém vir aqui atacar ninguém. O nosso objetivo assim como o vosso, penso eu e toda a gente que aqui está, é efetivamente melhorar as condições de vida dos Leirienses do concelho, das pessoas do concelho de Leiria e, portanto, deixo aqui esse repto se entenderem que assim seja. Muito obrigado."

Após a proposta efetuada pelo senhor deputado Pedro Assunção a moção foi retirada para uma nova apresentação numa próxima sessão.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu continuidade ao "Período Antes da Ordem do Dia".



Intervenção do senhor deputado Manuel Lopes – PCP

Transcrição:

"Vivemos tempos de complexos aproveitados para ataques profundos aos trabalhadores, aos povos e à democracia.

Tempos em que o Estado português soçobra servilmente ao imperialismo norte-americano e às grandes potências europeias, à revelia da Constituição.

Tempos de que o poder político se aproveita para não cumprir promessas e que usa como pretexto para melhor servir os interesses do poder económico.

São fortemente prejudicados os trabalhadores, os micro, pequenos e médios empresários, os pequenos agricultores, os pescadores, os reformados.

A vida está difícil para a generalidade do povo português e o aumento constante do custo de vida vai degradar ainda mais o já baixo nível de vida da grande maioria da população.

O governo e os partidos da política de direita, que seguem cega, acrítica e servilmente as ordens de Washington e de Bruxelas, têm uma elevada quota-parte de responsabilidade.

São precisas novas políticas e que o Estado português rejeite e se afaste da irresponsável política de sanções, nomeadamente à China e à Rússia.

Passaram, há uma semana, 5 anos sobre o grande incêndio de Pedrógão Grande, uma enorme tragédia à nossa beira que deixou um rasto devastador: 45 mil hectares ardidos, 500 habitações parcial ou totalmente destruídas, bens materiais carbonizados, 250 feridos e 66 mortos.

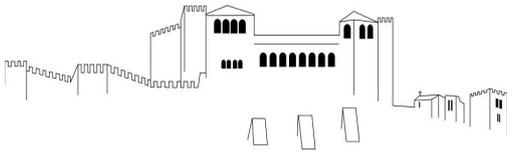
Nesse tempo e no tempo que se lhe seguiu Pedrógão foi o centro do mundo, de onde não saiam os órgãos de comunicação, dirigentes políticos, deputados; governantes e Presidente da República marcavam presença e as promessas de não deixar esquecido aquele território e aquelas gentes eram juras habituais.

Foi tudo sol de pouca dura.

Cinco anos depois, para lá da reconstrução de habitações tudo está na mesma, talvez até, segundo diversas opiniões qualificadas, bastante pior. Os perigos de nova catástrofe vão-se acumulando. Entretanto os únicos responsabilizados pela Justiça são autarcas e bombeiros, o que diz muito da natureza da justiça em Portugal.

Os verdadeiros responsáveis pela catástrofe – são muito ao longo dos anos e encontram-se na indústria da celulose e nos responsáveis governamentais que se sucedem há quase 40 anos – ficaram de fora, nem sequer foram investigados.

A tragédia aconteceu devido a décadas de políticas de desprezo pelo mundo rural, pela floresta e pelo património natural, responsáveis pela desertificação humana, a promoção caótica do eucalipto e a destruição de estruturas e serviços públicos de apoio à população e à economia local.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Passados cinco anos, o PCP foi o único partido político que se deslocou a Pedrógão para assinalar a efeméride, levar solidariedade e ouvir aquele povo e as suas instituições.

O Serviço Nacional de Saúde, como ficou bem demonstrado nos dois anos de pandemia, é o pilar da política democrática de saúde de qualidade para todos; é a única garantia de que todos os portugueses têm acesso aos necessários cuidados de saúde.

A situação caótica que atingimos é fruto de anos e anos de subinvestimento e é aproveitada pelos verdadeiros responsáveis para novos ataques.

O PCP tinha razão quando afirmou que «na proposta do Orçamento do Estado para 2022 (do governo do PS) não se encontra a resposta necessária e decisiva para reforçar (...) o SNS.»

O país e o SNS podem, em emergência, carecer de remendos, mas não é com remendos que se resolvem os seus problemas e a questão do acesso à saúde. É preciso mudar de rumo e resolver os problemas estruturais, isto é, a questão dos salários, das carreiras e das condições de trabalho dos profissionais da saúde, é preciso dotar os serviços dos profissionais necessários, é necessário superar o problema do subfinanciamento crónico, é preciso investir.

E é preciso resistir aos poderosos interesses privados do negócio com a doença que parasitam o Estado.

A presença do Presidente da Câmara na cerimónia de assinatura de contrato num negócio privado em que um grupo económico adquire um equipamento hospitalar de instituição assistencial é não só merecedora de crítica como sinal de preocupação quanto ao futuro do acesso democrático à saúde no concelho.

É tempo de o PS se juntar aos que com determinação defendem o acesso democrático à saúde, que não existe sem o SNS.”

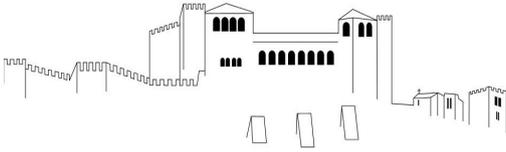
Intervenção da senhora deputada Cristiana Pinto – PS

Transcrição:

"Começo por cumprimentar na pessoa do nosso Presidente da AM todos os deputados, cumprimento também todo o executivo da Câmara Municipal, Presidentes de Junta de Freguesia, pessoal de apoio à Assembleia, publico aqui presente e quem nos acompanha pelo Facebook.

De acordo com o Estudo Portugal City Brand Ranking de 2022 da Bloom Consulting publicado no passado dia 8, Leiria é o 6º melhor concelho no país para fazer negócios, nesta área Leiria apresenta uma posição preponderante uma vez que apenas é superada por Lisboa, Porto, Cascais, Braga e Coimbra.

Quanto à avaliação em termos de qualidade de vida, Leiria destaca-se em 10º lugar como o melhor concelho para viver.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Quanto ao ranking global, a marca Leiria, permanece na 12ª posição Nacional e a 3ª posição na região Centro.

No panorama nacional em matéria de negócios, Leiria sobe para o 6º lugar, no critério "visitar" ocupa o 26º lugar e no viver Leiria sobe para o 7º lugar.

Agora, quanto à região centro, Leiria surge em lugares de destaque na 2.ª posição nos negócios, na 3.ª posição no viver, e na 6.ª posição no visitar.

Perante estes resultados com balanço positivo, o Partido Socialista congratula o tecido empresarial do nosso município que nos permite ocupar lugares de destaque em termos nacionais, acreditamos ainda que o trabalho da Câmara Municipal em muito se espelha nas áreas de viver, visitar, empreender que apresentam uma subida significativa.

Também nesse sentido, Leiria conquista dois prémios e duas menções honrosas na 3ª edição dos Prémios Autarquia do Ano, que são promovidos pelo Lisbon Awards Group, tendo por principal objetivo a homenagem aos municípios e freguesias que se destacam em variadas áreas.

O Município de Leiria foi premiado com o projeto Cinebanda, na categoria Cultura e Património/Música, e ainda com o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, na categoria Ecologia e Cuidado dos Animais/ Combate às Alterações Climáticas.

Destacamos também as duas menções honrosas atribuídas, com o Pavilhão Desportivo do Lis, na categoria Desporto e Vida Saudável/ Infraestruturas para Prática Desportiva, e ainda com as Medidas COVID-19, na categoria Desenvolvimento Social/apoio social.

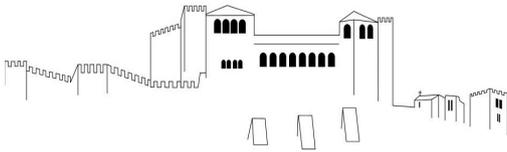
Leiria mostra mais uma vez a sua capacidade de entreaajuda e colaboração entre a sociedade civil e o poder político que se vê reconhecido nestes prémios e menções honrosas, a capacidade de uma avaliação qualitativa e quantitativa permite que exista um complemento à função fiscalizadora deste órgão deliberativo, e perante os resultados e prémios atribuídos parabenizamos mais uma vez o trabalho conseguido nas diversas áreas."

Intervenção da senhora deputada Sofia Francisco – PS

Transcrição:

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os deputados e Presidentes de junta e Uniões de Freguesia. Cumprimento o Exmo. Presidente da Câmara Municipal e todos os vereadores, cumprimento igualmente todos os que nos acompanham em casa e todos os restantes elementos aqui presentes

O Associativismo, enquanto forma organizada de participação na vida pública, constitui um elemento fundamental no processo de desenvolvimento sustentado de um Concelho, sendo as Associações locais uma força deveras importante no desenvolvimento da vida social, cultural e recreativa de uma comunidade. Relativamente ao concelho de Leiria, quem vive



Município de Leiria Assembleia Municipal

e assiste às muitas e variadas manifestações culturais do Município, percebe que é notória e muito digna de reconhecimento a dedicação dos nossos agentes culturais, tanto os de meios mais urbanos como os de meios mais rurais, tanto os de gerações mais novas, como de outras, quer estes se manifestem com linguagens mais contemporâneas ou com práticas mais tradicionais.

Na verdade, e com segurança, podemos dizer que o associativismo cultural de Leiria, que mesmo em tempos de pandemia não parou de criar, de inovar, de buscar caminhos, adere com garra às atividades propostas pelo Município, acrescenta positivamente, procura formas diferentes de se manifestar, sendo, em Leiria, um importante fator de construção de cidadania, de integração social, de transformação e de inovação. E por isso, que é tanto, gostaríamos de manifestar aqui nesta Assembleia Municipal, o nosso elogio e reconhecimento ao Associativismo Cultural de Leiria.

O caminho nunca está feito e não está feito, mas acreditamos que através da conjugação das políticas culturais do Município com o Associativismo Cultural, que de forma tão meritória tanto de si dá à comunidade, Leiria constrói futuro, assumindo-se como uma Região de Cultura com identidade própria que envolve todo o concelho, e que começa a ser, inequivocamente, reconhecida além-fronteiras. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado **Fábio Bernardino – PSD**

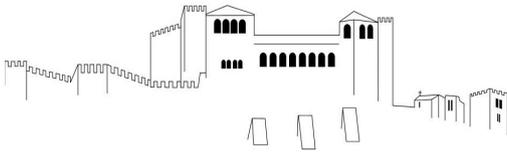
Transcrição:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, permita que na sua pessoa cumprimente todos os presentes nesta assembleia e todos que assistem a esta sessão online.

A questão que aqui trago hoje é se a gestão e planeamento desta Câmara Municipal é feita ao sabor do vento ou existe realmente um plano? É que parece que o Sr. Presidente gere a Câmara ao sabor do vento sem qualquer planeamento futuro, organização ou consideração pelo que foi anunciado no passado.

Relativamente às piscinas ao ar livre para os Marrazes, mais concretamente na aldeia do desporto, sendo esta uma promessa feita à população há já vários anos e estando inserida na mata dos Marrazes, seria o contexto ideal para a sua construção. No entanto, esta União de Freguesia vai ficar uma vez mais a ver navios e é mais uma obra e um projeto que é retirado a esta população.

Aliás, na última década, tirando a zona da nova Leiria, esta Freguesia tem sido mais do que prejudicada em termos de infraestruturas e projetos apesar do muito que contribui para os cofres do município. E nem venham falar do centro escolar como exemplo de projeto para a Freguesia, que este projeto pelas suas sucessivas trapalhadas, tem prejudicado mais a população que outra coisa e vamos lá ver quando é que é concluído.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Após anos a prometer esta infraestrutura, após gastar 35 mil euros num plano estratégico para Leiria, que foi apresentado em dezembro de 2020 e que reafirmava a necessidade de se contruir um complexo de piscinas na Aldeia do Desporto nos primeiros anos desta década, após durante o ano de 2021, o Vereador do desporto indicar que a piscina continuava prevista para a aldeia do desporto tendo havido inclusive reuniões preparatórias nesse sentido, até com a presença de arquitetos, surpresa das surpresas, passados uns meros meses destes acontecimentos, o Sr. Presidente anunciou que este complexo já não ia para onde estava previsto, não se sabendo bem ainda para onde vai, só sabemos que nos Marrazes é que não fica. E lá andamos nós, mais uma vez, ao sabor do vento. Primeiro anuncia-se e depois logo se vê no que vai dar e provavelmente paga-se mais uns milhares de euros em estudos que ficam na gaveta.

A juntar a isto, a moeda de troca seria enviar os estaleiros da Câmara para os Marrazes, e em relação a isto, eu nem tenho palavras para a desfaçatez desta proposta e da falta de respeito pelos fregueses desta União de Freguesias.

Outra questão que eu gostava de ver esclarecida por este executivo é quem é que são os municípios, associações, empresários e comerciantes que dizem que andaram a ouvir para tomar esta decisão, se nem os órgãos autárquicos, nomeadamente o executivo e a assembleia de freguesia da União de Freguesias de Marrazes e Barosa foram consultados? Ouviram mesmo alguém ou disseram aquilo só por dizer?

A população dos Marrazes e Barosa também merecem que a Câmara tenha algum projeto para este território sem ser só estaleiros, mas acima de tudo merecem muito mais respeito deste executivo na tomada de decisões que afetam a estas freguesias.

Tenho dito, Obrigado.”

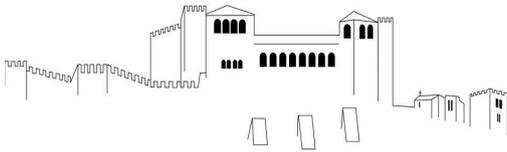
Intervenção do senhor deputado Dário Joaquim – CDS-PP

Transcrição:

"Dário Seguro Joaquim, CDS-PP.

Antes de mais e por uma questão de economia processual cumprimentar na pessoa do senhor Presidente da Assembleia todos os presentes, mas em especial um cumprimento para aqueles que nos assistem lá em casa.

Bom, hoje trago aqui três temáticas, desde logo o desporto, a juventude e a saúde e permita-me senhor Presidente da Câmara que comece pelo desporto sem obviamente sem qualquer tipo de ordem de preferência. Relativamente a uma notícia que surge na espuma da atualidade, desde logo a indicação por parte do B SAD como do Estrela da Amadora SAD do Estádio Municipal de Leiria como uma possibilidade para poderem aqui jogar permitam-me que coloque algumas questões. Qual o acordo e que conversações existiram, em que moldes para que a B SAD e o Estrela da Amadora possam indicar o estádio municipal de



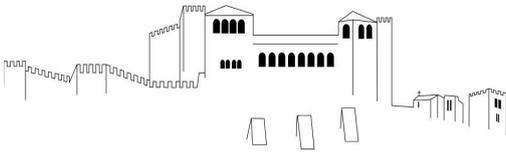
Município de Leiria Assembleia Municipal

Leiria como uma opção? Já sabemos que o fizeram. Reconhecendo, neste caso o senhor vereador do desporto, a viabilização e a possibilidade de indicação do estádio municipal de Leiria como uma opção para ambas as instituições foi ou não surpreendido este executivo sobre a escolha do Estrela da Amadora SAD ao definir que Leiria poderia ser a sua 1ª opção? Tendo no passado o B SAD utilizado as infraestruturas municipais, uma instituição que publicamente é reconhecida como um objeto que não tem estrutura associativa, a vinda do Estrela da Amadora para um campo a cerca de 145 quilómetros de distância, com outras opções mais próximas dos seus associados perguntar, e uma vez que somos cidade europeia do desporto, se são estes os princípios que pretendemos compactuar na atividade desportiva.

Relativamente à União Desportiva de Leiria, e desde já fazer também a minha declaração de interesse, do qual sou adepto e apoiante, obviamente, habitualmente acaba em determinada altura do ano por ser relegado para a Marinha Grande, razão essa que poderá ser ou não justificável para alguns. De que forma está salvaguardada a sua prioridade de utilização do espaço, neste caso o estádio municipal de Leiria, e se a mesma está acordada com as entidades anteriormente mencionadas. E como o desporto não é só futebol, relativamente ao andebol de praia, entretanto também fomos surpreendidos de que na Praia do Pedrógão este ano não haverá etapa. Uma etapa que tipicamente era estrutural desta mesma iniciativa, em tempos um balão de ar de oxigénio para aquelas gentes. Que iniciativas foram tomadas pelo executivo para que esta mesma exclusão pudesse ser evitada? E nesse sentido perguntar se houve contactos.

Relativamente à juventude, eu há cerca de 2 meses atrás coloquei aqui algumas questões no orçamento que me colocavam dúvidas sobre a atividade política na área da juventude por este executivo. Teci aqui algumas considerações relevantes, creio eu, e passado 8 meses de mandato, o Conselho Municipal da Juventude ainda não reuniu uma única vez. O Conselho Municipal da Juventude que era um Conselho Municipal da Juventude a nível nacional de referência com um grupo de trabalho a querer desenvolver atividade viu após as eleições a sua atividade estagnada. Pergunto, em 2022, e faço esta referência porque sei que o executivo camarário é sensível a este tipo de comemorações, estamos em pleno ano Europeu da Juventude. É desta forma que nós queremos orgulhar e praticar política na área da Juventude? Deixo a questão.

Relativamente, e este é o meu 3º tema, é a saúde. O hospital de Leiria no presente ano já viveu 42 fechos da sua urgência e pergunto-me que iniciativas é que têm sido tomadas por parte deste executivo para colmatar de alguma forma este flagelo. Dar nota que o contato de proximidade para com o Governo ou para com os nossos governantes não sendo minha intenção fazê-lo, obviamente que não será uma resposta válida. Disse.”



Município de Leiria Assembleia Municipal

Intervenção do senhor deputado **Hugo Morgado – CHEGA**

Transcrição:

"Boa noite, mais uma vez.

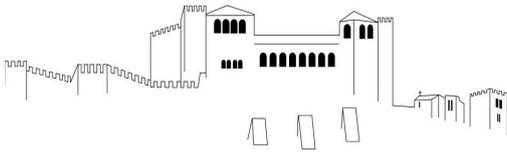
Ora, esta minha intervenção prende-se com o assunto que está na ordem do dia, não da ordem do dia desta Assembleia, mas em termos de sociedade que é a delegação de competências ou a descentralização. Um assunto que tem sido muito falado e comentado principalmente no seguimento da saída do Porto da Associação Nacional de Municípios, mas como quase todos os assuntos que de repente são muito falados e noticiados não é uma questão ou um problema de agora. O CHEGA, logo na primeira Assembleia aquando da discussão do orçamento municipal levantou precisamente esta questão, no sentido que o Município fica refém das competências e atribuições que lhe são delegadas pelo poder central basicamente porque recebe as competências, mas não recebe as verbas suficientes para fazer face às mesmas, ou seja, não recebe o dinheiro e isso tem reflexos negativos e castradores do investimento no Município. Este Município, e com certeza não será o único, fica, portanto, preso a essas atribuições, fechado sobre si próprio numa gestão eminentemente corrente para fazer face a essas novas competências que lhe vão sendo delegadas pelo Estado Central sem virem necessariamente as mais das vezes acompanhadas pelos meios necessários. Aliás, numa das últimas intervenções julgo que a expressão que usei foi a de que o Estado Central quer que o Município faça omeletes sem ovos, curiosamente uma expressão que agora a esse respeito começa a ser muito badalada. Por isso, deixo apenas uma pergunta ao executivo, na pessoa do seu Presidente, que desde já cumprimento, como diz na retórica uma pergunta fechada de sim ou não que é a seguinte: As competências, nomeadamente na área da saúde e educação, mas não só, delegadas e atribuídas pelo Poder Central ao Município de Leiria vêm acompanhadas das verbas necessárias e suficientes para fazer face às mesmas? Atenção, não estou a perguntar se as verbas são suficientes para aquilo que é preciso fazer nesses domínios, acredito que isso nunca seja suficiente e ainda bem, é sinal que queremos sempre mais. O que eu pergunto, de forma curta e grossa, é se o dinheiro chega para aquilo que em face dessas competências atribuídas pelo Poder Central, o Município fica encarregue de levar a cabo se o dinheiro chega para isso. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado **Luís Silva – BE**

Transcrição:

"Boa noite senhor Presidente, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e a todos os que nos assistem lá em casa.

Nós gostávamos de relembrar aqui hoje as 14 pessoas que viviam no número 40 da rua Comandante João Belo. Após a denúncia do Bloco de Esquerda em setembro de 2021 das



Município de Leiria Assembleia Municipal

condições deploráveis em que viviam estas pessoas foi finalmente arranjada uma solução. Este facto demonstrou não só o desconhecimento do executivo e das entidades responsáveis por lutar por melhores condições para estas pessoas de que não só o executivo não sabe as verdadeiras carências habitacionais dos seus cidadãos como as lacunas existentes no Plano Estratégico da Habitação de Leiria, são muitas. Este mesmo plano foi aprovado nesta casa, nesta Assembleia e veio tarde e a más horas, veio com 2 anos de atraso e perderam-se, perderam-se fundos previstos no Orçamento de Estado através do Plano do 1º Direito à Habitação, que nós não tivemos oportunidade de poder aceder devido a este atraso neste Plano Estratégico. Os problemas habitacionais continuam a agravar-se, como é do conhecimento de todos. Dia após dia vimos o acelerar dos preços da habitação, a gentrificação do centro histórico e a nova construção parece que não é acessível para qualquer um e sim para classes superiores. Nós vimos aqui apelar e desde já pedir com urgência um debate sério nesta casa sobre este tema, sobre a habitação, sobre que ideias temos nós para então lutar contra este problema, que se faça uma Assembleia Municipal extraordinária que verse então sobre este tema e que se arranjem soluções concretas porque continuamos a ver muita apatia e falta de soluções para lutarmos contra este flagelo da nossa sociedade, dos nossos cidadãos. Obrigado.”

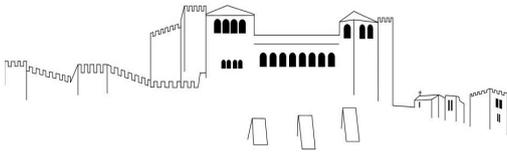
Intervenção do senhor deputado **Acácio Sousa – PS**

Transcrição:

"Acácio Sousa, PS.

São dois assuntos, mas antes desses dois assuntos uma nota. Acerca do que disse o deputado Hugo Morgado acerca de não ter sido convocado para o Conselho Municipal da Juventude, ao qual eu não pertenço, deputado Dário, peço desculpa pelo lapso com a troca de nomes, tem toda a razão, é que não pertenço ao Conselho Municipal da Juventude, mas eu alertava aqui os serviços da Câmara porque tem havido lapsos com os designados pela Assembleia para os vários Conselhos Municipais. Os serviços de apoio da Assembleia comunicaram aos vários serviços da Câmara os designados da nossa Assembleia a 5 de dezembro e a 19 de janeiro e mesmo assim tem havido lapsos. Peço aos senhores vereadores que tenham atenção a isso porque têm acontecido Conselhos Municipais e os designados pela Assembleia, alguns nunca foram convocados, por lapso e nada mais, mas de qualquer maneira são lapsos que têm de ser corrigidos.

Quanto ao ponto da situação do processo de descentralização, no que toca ao PS, a execução das políticas em proximidade com os cidadãos é o que defendemos. Por vezes, tenho dificuldade em perceber quem ataca e denuncia o megacentrismo estatal e depois ataca a descentralização de competências.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Contudo, isso não se faz de olhos fechados. A Câmara aceita competências descentralizadas, desde que sejam assegurados os meios para gerir os recursos necessários. Aceitou já com a Educação e está a correr bem. Quanto à área social, ainda não aceitou face à necessidade de garantir o envelope de sustentabilidade necessário e tudo parece estar a correr bem com a possibilidade da proposta vir a esta Assembleia no final do ano. Quanto à saúde as coisas estão mais atrasadas, mas estão em negociação. Quer isto dizer que, as competências descentralizadas não são aceites de olhos fechados, mas depois de garantidos o envelope financeiro ou os recursos necessários.

Outro assunto que me trás aqui, enfim, eu começaria por dizer um pouco com um sorriso na cara que desde há muitos anos que sou apreciador de BD e de cartoons. Sobretudo, quando são divertidos, quando têm sátira bem construída, ou a ironia e a sagacidade me alertam ou até ensinam. Mesmo quando o desenho é mais estilizado, valerão pela estética e pelo conteúdo da mensagem. No entanto, quando há falta de qualidade e o primarismo do desenho prevalece na confusão do traço e dos diálogos, não é possível gostar. Fica demasiado básico quando é baixo o nível de produção.

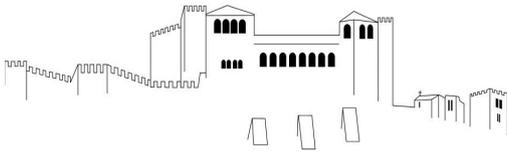
A propósito de desenhos, também reparámos, esta semana, em alguns ensaios de cartoons por onde, agora, o PSD tenta enveredar. Ao ver uns outdoors que o PSD colocou na cidade, se fiquei perplexo foi por não encontrar qualquer piada bem construída. Para mim, os bons argumentos adversários podem incomodar, mas admiram-se. Ali, apenas encontrei uma tentativa pífia, desculpem-me a vulgaridade do termo.

E aqui, temos que voltar à Saúde.

Na verdade, até parece que o PSD está com dificuldades em apresentar argumentos sérios e claros como oposição e acaba por dar tiros nos pés com a frustrada tentativa de fazer piadas. O que ali temos assenta na demagogia confusa e na insinuação sem lastro, sem graça e sem clareza. O objetivo será mesmo confundir, o que não deixa de ser estranho ao querer tocar num tema de tão grande sensibilidade para os Portugueses, a Saúde. É um assunto que merece discussão séria e não o alarmismo, a confusão e muito menos piadas sem piada.

Tentemos analisar aqueles desenhos e frases, onde talvez tenham querido juntar 4 confusos recados, o que já não seria fácil à partida, quando se tenta "meter o rossio na betesga".

Um 1º aspeto é o que me leva a NÃO ignorar os cartazes do PSD. Tentam um modo de apoucar o presidente desta Assembleia. Este, além de ter a função de presidir a este Órgão político, detém também a função de Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, mas sabe distinguir bem essas funções, o que o PSD parece não perceber. Como presidente desta Assembleia tem exercido o cargo com o maior equilíbrio em relação a todas as forças



Município de Leiria Assembleia Municipal

políticas presentes e em relação aos munícipes que nos procuram. O PSD tem queixas concretas, ou apenas se refugia na insinuação?

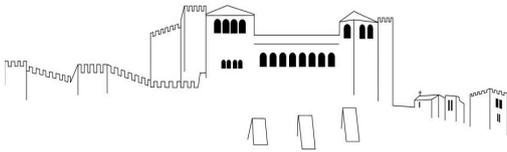
Por outro lado, como Secretário de Estado, tendo que exercer o seu cargo com equidade em relação a todas as unidades de saúde do país e não olhar, apenas, para Leiria, não consta que não ouça os parceiros ou os representantes dos serviços. Pelo contrário, o diálogo é a sua imagem de marca. Ou o PSD tem conhecimento de recusas? O que incomoda o PSD em relação ao nosso presidente da A.M.? Se calhar, o facto da excelente imagem que ele tem junto aos cidadãos e aos eleitores. Temos aqui um homem íntegro, respeitado e com sensibilidade social e política.

Esta fraca brincadeira levou mesmo que militantes históricos e respeitados do PSD, a este respeito, tivessem dirigido mensagens como esta que cito: "reconheço que o que tem feito pelo país e pelo distrito não é merecedor de campanhas ocas de ideias e com mesquinhez...peço que desculpe os autores da campanha, creia que não é gente má...são gente infelizmente impreparada...continue o seu trabalho".

Um 2º aspeto, é a ideia de caos que querem colar ao Centro Hospitalar de Leiria, mas até agora não aconteceram situações extraordinárias de colapso. A gestão operacional do Hospital de Leiria, com a administração e os profissionais, tem conseguido suprir eventuais dificuldades e todos têm transmitido a maior confiança a quem lá acorre, apesar de sabermos dos afluxos superlativos às urgências. Mas nem isto nem as escalas de serviço cabem ao presidente da AML nem, diretamente, ao secretário de Estado.

O certo, é que o setor que ultimamente tem estado mais em foco, a obstetrícia, não entrou em colapso até agora e apresenta resultados bem relevantes. Não tem havido escalas incompletas e neste setor tanto os médicos especialistas como os internos afetos ao serviço têm conseguido responder às necessidades, com grande dedicação e qualidade. Não é por acaso que em 2021, em mais de 1700 partos, só cerca de 28% recorreram a cesarianas, o que é um indicador de elevada qualidade e se deve às mães e aos dedicados profissionais nesta área, sendo uma taxa incomparavelmente menor do que as taxas de cesarianas no privado, vamos lá saber porquê! De qualquer modo, sabemos que a administração do Hospital está em contacto próximo com a ARSC a planear o futuro imediato em todas as áreas, sabendo ainda que o nº de especialistas, de enfermeiros e de técnicos especializados em todos os serviços tem aumentado nos últimos anos sem qualquer dúvida e de forma facilmente demonstrável. Afinal, aqui, no que toca ao nosso Centro Hospitalar, onde deve entrar o presidente da A.M. ou onde falta a intervenção do Secretário de Estado? Deverão dizer de forma concreta e não com insinuações.

Já um 3º aspeto que poderíamos tentar detetar naqueles cartazes é a lamentável boleia em situações dramáticas para os utentes/pacientes com o fecho de serviços de urgência de



Município de Leiria Assembleia Municipal

obstetrícia em vários hospitais do país, em repentino efeito dominó. É uma onda com efeitos mediáticos que avolumam um problema que, na verdade existe, mas que desta forma limita as análises racionais. A resolução dos problemas dramáticos das pessoas deve ser uma obrigação de quem exerce a política, mas não pode ser transformada em lamentável "chicana" política.

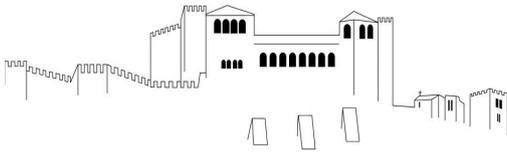
Em tudo o que tem vindo a ser noticiado, há claramente um aspeto de gestão operacional para o qual não é chamado um presidente de uma Assembleia Municipal. Também não é esta gestão operacional que cabe, em 1ª instância, ao Secretário de Estado. Contudo, há também um problema estrutural e isto sim, é uma questão política que tem a ver com o modelo do SNS que foi criado perante umas condições e tem que ser revisto com as novas condicionantes próprias do andar dos tempos. É este o 4º aspeto que o PSD confunde nos cartazes, pois isto não está nas competências do presidente da A.M., seguramente.

Faltam médicos? Em algumas especialidades faltam porque as vagas não são cobertas em concurso. Quais são as barreiras, serão só da tutela? Sabemos que não. Por outro lado, há sempre que melhorar e incentivar não só os médicos, mas também os enfermeiros e todos os técnicos do setor, e há que ter em atenção a revisão de condições para uma eficiente cobertura dos médicos de família, ou para diminuir os tempos de espera nas consultas no setor público. Há que fazer reformas para resolver tudo isto.

A mudança estrutural que aguardamos passará por projetos que envolvam, estimulem e responsabilizem todos. Perante esta complexidade das profissões na área da Saúde, elas têm que ser reconhecidas de forma estimulante, sabendo que os desequilíbrios na carreira médica terão que ser superados. O PS tem estas reformas previstas em programa eleitoral e irá, com certeza, levá-las avante, mas isso não se faz de um momento para o outro. Será feito ao longo da legislatura. Para isso, há que resolver os desequilíbrios. Os planos de contingência estão previstos para situações problemáticas imediatas e tocam à gestão operacional dos serviços. Já os problemas de fundo, os estruturais que poderão revigorar o modelo do SNS estarão, seguramente, a ser acautelados.

O Governo tem acordos pontuais com o setor privado para suprir carências imediatas, mas esses acordos devem ser pontuais, porque o cerne do SNS é o setor público. Aqui sim, estamos a falar de ideologia. Saúde para todos está na base ideológica do PS e isso só é possível com o SNS assente no setor público. É, de facto, a nossa diferença em relação ao PSD.

Temos uma rede de hospitais públicos e de centros de saúde das melhores da Europa, mas o que o PSD parece fazer, é desacreditar o SNS que há várias décadas tem sido um pilar da democracia e sido um exemplo para toda a Europa como nos resultados extraordinários das quase inexistentes taxas de mortalidade infantil. Não podemos desarticular o SNS só



Município de Leiria
Assembleia Municipal

para garantir novas oportunidades aos privados. O setor público é a chave, dando a oportunidade de cuidados de saúde tendencialmente gratuitos para todos. O PSD parece querer dizer que o setor público não dá respostas e aponta a um alarme generalizado que parece empurrar a solução, apenas, para o setor privado. Nada contra estes, absolutamente nada, porque a iniciativa privada tem o seu espaço, mas ao articular com o público, a cooperação deve ser precisa na regulação e nada mais.

O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, estamos seguros, tudo fará para resolver a premência destes problemas. O presidente da AML continuará aqui a exercer com nobreza as suas funções. A crítica e a graça que promovam a reflexão são importantes, mas o nível de produção da graça deve evitar que se torne demasiado deselegante e corriqueira. Disse.

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

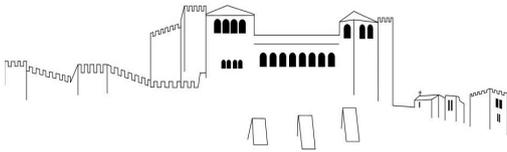
"Apenas na sequência da intervenção do deputado Acácio dizer que a intervenção quanto à descentralização foi minha, foi do CHEGA. Dizer também que o CHEGA não critica, não ataca de qualquer modo a descentralização em qualquer uma das suas formas, nomeadamente através da delegação de competências, antes pelo contrário, defende tudo aquilo que seja aproximar o poder da população e aí estamos de acordo quando terminou dizendo que desde que essa delegação de competências venha com os respetivos meios e é isso que é importante. Obrigado."

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço – PSD

Transcrição:

*"Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Exma. Mesa,
Sr. Presidente da Câmara e Exma. Câmara Municipal,
Senhores deputados e todos os demais, cumprimento.*

Não venho falar de saúde, já foi falado e pelos vistos está agendado para setembro uma discussão sobre esse tema. Queria apenas agradecer ao senhor deputado Acácio a análise que fez sobre a saúde e a seu tempo teremos oportunidade de discutir o tema. Sobre os cartazes, concorde-se ou não se concorde e não vou emitir a minha opinião, mas o PSD atingiu o objetivo que foi falar do tema e o PS ajudou bastante hoje a reproduzir o tema dos cartazes. Não é esse o assunto que me traz, é outro. Queria saudar o Presidente da Câmara e a respetiva Câmara pela iniciativa que tiveram em relação ao contrato que ainda desconhecemos, mas que foi remetido para os preços de tabela que fez com os clubes de futebol para exercerem os seus jogos no nosso estádio. Eu saúdo porque acho que é um ato de gestão, é um ato de gestão para tirar partido dos ativos que o Município dispõe, mas deixar aqui uma nota, uma nota de atenção. Quando se fez aqui o contrato com a Taça da Liga foi necessário gastar cerca de 100 mil euros, não sei exatamente o valor, mas é desta



Município de Leiria
Assembleia Municipal

ordem de grandeza para pôr o relvado em condições de se fazer esse jogo. Com esta intensidade corremos talvez dois riscos e era essa a nota que eu queria deixar aqui presente. Ou se fazem os jogos e tiramos rendimento, mas destruímos o relvado e depois vamos gastar mais do que tivemos com o rendimento dos mesmos ou não se fazem jogos e não temos rendimento desses alugueres. Portanto, era uma nota construtiva para que o Município faça uma gestão para que daqui a uns meses, não sei exatamente quando é novamente a Taça da Liga, não tenham que se gastar novamente 100 mil euros e não se tiveram os respetivos rendimentos durante os jogos que se praticaram bem ou mal. É mesmo de forma construtiva, sem qualquer ironia, mas saúdo a tentativa do Município gerir bem os seus ativos. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD

Transcrição:

“Pereira de Melo, PSD.

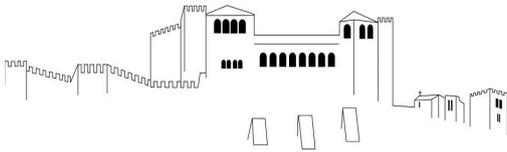
Começo por cumprimentar todos através da pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, para aqueles que estão presentes e os que estão através da internet.

É com grande felicidade que ouvi ali o nosso deputado Acácio de Sousa porque o que eu tenho lido na imprensa não coincide com o que ele diz aqui. A imprensa deve estar a ouvir mal, deve estar a ser mal informada. Por exemplo, indicou aqui o número de médicos que entraram no hospital, mas esqueceu-se de dizer dos que saíram, mas possivelmente não saiu ninguém, o que a imprensa não conta isso. Portanto, com a sua administração hospitalar que eu propunha realmente resolver os problemas deste país e para evitar que as pessoas estejam a fugir para seguros e esteja-se a destruir o Serviço Nacional de Saúde com fuga de pessoas da classe média rica para seguros e ficar a classe pobre apenas no Serviço Nacional de Saúde, esse problema não ouvi falar, mas possivelmente não existe. As companhias de seguros estão a enriquecer, mas não sei com quê. Senhor deputado Acácio de Sousa vamos ao menos realizar isto com as dificuldades que temos. Eu sei que o Ministério da Saúde tem fortes dificuldades, as parcerias público-privadas funcionaram, neste momento não existem e o que eu vejo é que realmente há hospitais que estão a fechar, estou contente que o de Leiria não esteja nessa situação, prova que realmente temos ainda uma boa administração hospitalar em Leiria e era isso que eu gostava que me esclarecesse, quantos saíram. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa – PS

Transcrição:

“É só um esclarecimento muito rápido ao senhor deputado Pereira de Melo e à Assembleia, obviamente. O número dos que entraram, eu deveria ter dito, ter sido mais correto, é o saldo que há, portanto, é a diferença, é a diferença positiva em relação àquilo que havia



Município de Leiria Assembleia Municipal

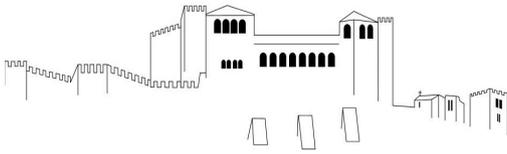
há tempos atrás. Portanto, os 66 especialistas, agora não tenho aqui de cabeça, mas tudo aquilo que eu disse é a diferença positiva em relação aquilo que havia há anos atrás.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Iniciou dizendo que as intervenções efetuadas anteriormente podem ser divididas em cinco grandes temas, todos eles importantes e muito decisivos para aquilo que é a nossa qualidade de vida e a importância que tem para Leiria.

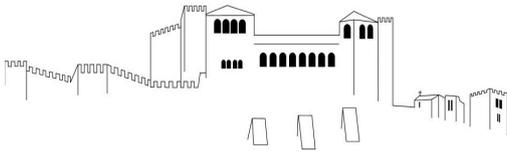
Começou pelo tema da saúde, não só por estar na agenda política, mas também porque quis deixar sublinhado que é um assunto que a Câmara acompanha com muita proximidade pois sabe que tem um papel importante e também não se esquece que há bem poucos meses estava-se a viver uma crise pandémica cujo principal objetivo era combater o vírus e salvar a população daquilo que era uma experiência nunca antes vivida no âmbito da saúde. Continuou dizendo que se Portugal teve o desempenho que teve foi devido ao esforço de muitas entidades tendo o Serviço Nacional de Saúde mostrado a sua resiliência, a sua capacidade e se não fossem os hospitais públicos não seriam os privados a salvar tantas vidas. Reconheceu que os problemas que a saúde tinha e que são estruturais, como o senhor Primeiro-Ministro disse, não desapareceram. Afirmou que também se tem de ter a consciência de que muitos deles obrigam a coragem de todos os partidos e não só daquele que está no Governo porque quando se fala em mudanças e reformas estruturais, onde se inclui naturalmente a justiça, a educação e a saúde, é muito importante que não se faça desse momento, momento de caricaturar a política ou de tirar um benefício pensando que daí se retiram meia dúzia de fotos e algum protagonismo em termos de oposição. Esclareceu que tratam do assunto da saúde com muita preocupação e também com investimento. Explicou que atualmente existem três centros de saúde com obras em curso sendo Leiria um dos concelhos mais dinâmicos da região centro e até do país no que diz respeito a investimento. Disse que muitos deles ainda não têm o financiamento garantido, mas estão a fazer a obra porque sabem que é fundamental. Enunciou as obras na Bidoeira, Amor, Parceiros e referiu estarem já a projetar uma nova geração de centros de saúde, nomeadamente nos Pousos, Barreira e Santa Eufémia. Voltou a afirmar que a área da saúde para o Município foi e será uma prioridade onde vão dar o seu contributo para que existam as condições necessárias nos centros de saúde.

Relativamente à questão do Desporto e à utilização do estádio esclareceu que o estádio de Leiria é para a Liga Portuguesa de Futebol um dos melhores estádios do país. Foi construído para receber o Euro 2004 e foi utilizado 2 vezes nessa altura. Afirmou que o Município possui aquele edifício graças ao investimento municipal e ao esforço de todos os contribuintes, tem tido e mantido umas condições excecionais para a prática desportiva nas mais diversas áreas existindo um esforço de não deixar aquele equipamento ficar sem



Município de Leiria Assembleia Municipal

utilização, tanto mais que não tem nenhuma equipa na 1ª Liga o que iria trazer um dinamismo, mais adeptos e mais utilização, o que não tem existido nos últimos anos. Disse ser por todos estes motivos que a Câmara faz um esforço financeiro grande, mas também de planeamento, de criatividade para que o estádio seja uma infraestrutura útil aos Leirienses sabendo de antemão que grande parte dos Leirienses consideram aquele equipamento um equipamento que retirou um investimento importante ao Município nas últimas décadas e que ainda hipoteca o investimento uma vez que ainda existe uma dívida para os próximos anos. Explicou que a agenda de utilização do estádio tem sido a que está ao alcance da Câmara, tem sido um trabalho notável nos últimos anos quer seja na prática do desporto, competições de atletismo ao mais alto nível, competições desportivas de âmbito nacional como a Taça da Liga, tentativa de captação, pelo menos de dois em dois anos, de um jogo da seleção A e, naturalmente, dar apoio ao clube mais importante da cidade para que ele siga o seu projeto desportivo e consiga subir de divisão até chegar ao escalão que merece e que, no seu entender, é onde deveria estar à bastantes anos. Afirmou estar intacto o seu apoio ao clube da cidade motivo pelo qual nunca iriam prejudicar aquilo que é o seu desempenho desportivo e a sua utilização do estádio. Voltou a dizer que a Liga reconhece o estádio de Leiria como um dos melhores do país e pediu para ser o estádio de substituição para as equipas onde esta organiza competições, seja a Taça da Liga, seja a Liga nº 1 ou a Liga nº 2. Confirmou que o estádio já se encontra ao dispor da Liga para essa finalidade tanto mais que este ano, na época que terminou, o próprio Belenenses chegou a utilizar o estádio nessas condições bem como outros clubes o têm utilizado nos últimos anos para conseguir honrar os seus compromissos desportivos. Afirmou que o estádio é também utilizado para outras finalidades, nomeadamente para o apoio aos ucranianos, para o apoio às populações no âmbito do covid fazendo sempre parte da solução nunca do problema e sempre que alguém precisa a Câmara estará sempre disponível para ajudar que é o caso da Taça da Liga, da Liga Portuguesa de Futebol, etc. Disse que, felizmente, é uma imagem de marca de Leiria. Continuou a sua intervenção dizendo que nos últimos anos têm tido vários clubes a jogar cá em substituição e nesse período de inscrição o Belenenses SAD e o Estrela da Amadora pediram para indicar o estádio de Leiria como estádio no caso do Belenenses de substituição e do Estrela da Amadora como primeiro estádio de opção. Esclareceu que em ambas as situações foi transmitido à Câmara que a utilização do estádio seria praticamente nula ou muito pontual. No que diz respeito ao clube Estrela da Amadora disse ser conhecida a história e os comunicados da SAD. Possuem um estádio que atualmente está em processo de venda por questões de falência da própria instituição, mas têm acordos estabelecidos tendo sido transmitido à Câmara de que há a garantia que no dia 30 de junho irão continuar a utilizar



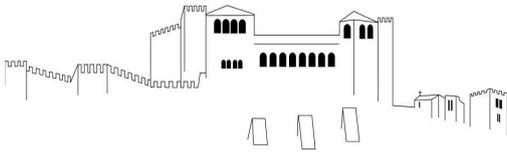
Município de Leiria Assembleia Municipal

o estádio onde é habitual jogarem. No caso do Belenenses disse que também tem a sua sede e o seu estádio atribuído e contratado no âmbito daquilo que é o estádio do Jamor. Em situações pontuais é que poderão vir a usar o estádio de Leiria. Afirmou que o estádio é público, também precisa de ser rentabilizado e por isso vão disponibilizá-lo pagando as entidades o valor que consta em regulamento viabilizando assim a sua missão.

Reconheceu que durante esse período existiu alguma informação que resultou de alguma euforia relativamente a esta lógica de que iam ter o relvado ocupado com três clubes ao mesmo tempo. Disse que tanto o vereador do desporto, como a divisão do desporto e a equipa de manutenção do estádio, quer interna, quer externa têm a plena noção daquilo que é a carga do relvado. Afirmou que apesar deste relvado e o anterior terem uma carga de tal maneira intensa ao longo dos anos nunca a Câmara defraudou qualquer tipo de competição que ali se realiza, senão não vinha cá a seleção nacional jogar, não se realizava a Taça da Liga, não se faziam organizações e a Câmara não teria tanto sucesso naquilo que é a procura para lá praticar desporto, Assumiu que se vai continuar a fazer esse trabalho porque é assim que tem sido nos últimos anos

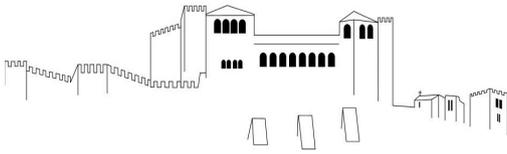
No que diz respeito à situação apresentada referente aos Marrazes e ao planeamento disse que a parte do planeamento tem vindo a ser repetida ao longo do tempo ou porque não há lógica ou estratégia, quando se contrata um documento estratégico, etc. o que demonstra existir uma certa contradição. Fez saber que as linhas orientadoras que constam no documento "Leiria 2030" sobre as piscinas ao ar livre indicavam efetivamente a possibilidade de ser nos Marrazes, mas no programa eleitoral do PS não está inscrita essa localização sendo que aquilo que consta no documento são orientações o que significa que o nível de detalhe da sua localização está como indicação. Afirmou que o documento "Leiria 2030" não era o manifesto eleitoral do PS sendo este um exemplo. Disse que a solução da piscina ao ar livre tinha como hipótese efetivamente os Marrazes, uma vez que existe ali uma zona desportiva, mas também existem soluções junto ao Polis sobretudo porque aquilo que é a memória coletiva de Leiria relativamente à piscina ao ar livre é efetivamente naquela zona. Por isso, afirmou que vão fazer um esforço difícil para ver se encontram terreno suficiente e sobretudo as condições necessárias para que seja nessa zona instalada a piscina que Leiria se lembra do seu passado. Sendo natural da Freguesia de Marrazes e conhecendo bem a Freguesia disse que houve uma tentativa, que é habitual, de tentar desprestigiar ou retirar importância à Freguesia dizendo que há pouco investimento municipal e uma falta de atenção para com ela.

Uma vez mais disse que a Câmara trata todas as Freguesias por igual não fazendo qualquer tipo de distinção importando fazer justiça ao investimento que tem sido feito nesta Freguesia porque não há nenhum executivo da Câmara que tenha feito mais do que o atual



Município de Leiria Assembleia Municipal

fez nos últimos 12 anos. Em relação ao centro escolar explicou ser um dos maiores do país e atualmente já não é um centro escolar uma vez que a Câmara teve de parar o investimento por motivos que não são da sua responsabilidade. Desejou que nenhuma Câmara sofra aquilo que a Câmara de Leiria está a sofrer com as empreitadas, em especial esta. Ao pararem a obra conseguiram modificar o projeto e fazer um pavilhão nos Marrazes, pavilhão esse que será o mais importante do concelho nos próximos anos. Explicou não ser apenas esta obra em curso. Afirmou que possuem obra feita e obra planeada. Esclareceu que a estrada do Rego d'Água foi feita pela Câmara, não só a construção de passeios mas também a sinalização, a mudança de infraestruturas, obra que até agora também está a ser completada, fizeram o jardim da Almuinha, que para além de ser um pulmão verde da cidade é o seu principal jardim da cidade e faz parte da freguesia dos Marrazes, jardim esse que durante muitos anos outros governos, nomeadamente do PSD, que esteve tantos anos na Câmara e o podia tê-lo feito e nunca o fez, prometeu muitas vezes, mas nunca o fez. Continuou dizendo estarem a fazer intervenções muito importantes no parque escolar e por esse motivo estão a planear uma obra na escola Afonso Lopes Vieira, uma escola que não foi contemplada nas intervenções do parque escolar, a quem o Ministério da Educação não deu a devida atenção tendo sido a Câmara quem resgatou a possibilidade de fazer o projeto e quando o projeto estiver aprovado lançar a obra. Afirmou ainda que a par dessa obra está previsto fazer também as melhorias na escola do 2º e 3º ciclo dos Marrazes. Disse não serem investimentos que possam ser diminuídos da importância que em termos da qualidade pretendem dar ao Município. Aproveitou para informar que fizeram obras naquilo que é a parte mais social e pobre de freguesia quer intervindo no bairro social das Almuinhas, mas também no bairro Sá Carneiro que o PSD deixou ao abandono pois não tinha coragem de entrar lá dentro. Confirmou que hoje têm os espaços exteriores todos arranjados e o parque habitacional em termos de habitação social arranjado. Para além dessas beneficiações disse estarem também preocupados com a economia, para além de ter sido feita no passado a Zicofa a sua ampliação foi feita pelo executivo PS criando mais lotes estando ainda a planear construir no lote de propriedade da Câmara um centro de inovação logística. Referiu que o estudo prévio está praticamente feito o que faz com que depois procurem financiamento para o fazer. Fez saber que possuem ambição e vontade de tornar aquela Freguesia também mais cultural motivo pelo qual pediram para que as instalações do Instituto da Vinha e do Vinho ao abandono há dezenas de anos e que são património do Estado passassem para a responsabilidade da Câmara que pretende desenvolver um projeto cultural que irá elevar e tornar-se a âncora daquele espaço da Estação e será uma referência no contexto do concelho. Reconheceu que se podia fazer mais, mas a ideia de que não há planeamento, que não há visão e que há Freguesias que

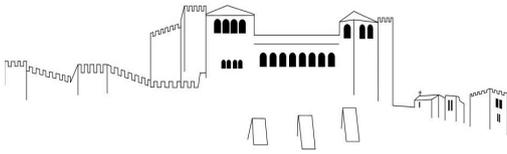


Município de Leiria Assembleia Municipal

são umas desgraçadinhas não contribui em nada para elevar a Freguesia de Marrazes só contribuindo sim para a menorizar, uma Freguesia que tem sido tão sacrificada ao longo dos anos pela falta de planeamento e que vai recebendo populações e fogos atrás de fogos e que, naturalmente tem a necessidade de reforço naquilo que são os transportes públicos, a limpeza, higiene e manutenção de todos os bairros existentes, muitos deles construídos em momentos onde as regras do urbanismo nem sempre foram respeitadas.

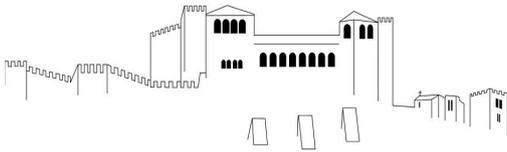
Afirmou querer deixar esta correção, esta sua visão não só por aquilo que é feito para a Freguesia de Marrazes, mas também a preocupação de planeamento frisando que quando tomaram a iniciativa de afirmar que pretendiam retirar da Guimarães o estaleiro municipal o objetivo baseou-se num arco de desenvolvimento urbano para o qual atualmente se encontram focados no que ao centro da cidade diz respeito com as intervenções que fizeram no Castelo, em todo o património cultural, nomeadamente o museu de Leiria, a igreja da Misericórdia ou nas grandes avenidas. Disse que enquanto estão não só focados nessa zona mais central estão também a pensar no curto e médio prazo estender as suas influências a um novo arco de intervenção o que significa estarem já a planear a retirada daquilo que é do património do Município, infraestruturas que estão obsoletas ou que já não cumprem a sua missão porque pode ser muito mais útil aquele espaço servir outros objetivos. Na sua opinião, um estaleiro no centro de uma cidade não faz sentido assim como muitas indústrias que no passado estiveram no centro da cidade, como, por exemplo a MAP ou outras, e à medida que a cidade as vai engolindo elas vão transferindo-se para um outro anel de desenvolvimento. Afirmou que dizer que isto não é planear, que isto não é estratégico, não é antecipar o futuro se calhar pode demorar alguns anos, mas se nada for feito o estaleiro ficará lá mais 10 anos e aquilo que assumiram foi fazer um esforço de localização do estaleiro existindo vários sítios como opção, não só na Freguesia de Marrazes, mas também noutras Freguesias, conforme os diversos Presidentes podem confirmar. Continuou dizendo que no passado não era assim que as coisas funcionavam, no passado, antes do Presidente Raúl Castro, os Presidentes de Junta diziam que a Câmara "não passava cartuxo". Hoje, felizmente, pode haver uma ou outra falha, mas tentam sempre trabalhar em conjunto com os Presidentes de Junta.

Sobre a lógica da descentralização afirmou que os Municípios consideram esta área como algo de muito importante para o desenvolvimento do país, algo que já disse várias vezes. Afirmou que há setores do nosso país que estão paralisados, existe um imobilismo da Administração Central, muitas delas transferidas para os órgãos desconcentrados do Estado a nível regional, com uma fraca liderança e com uma fraca capacidade de poder intervir na resolução dos problemas das pessoas seja a nível financeiro, seja a nível de recursos materiais, seja a nível de recursos humanos que muitos não os têm porque ao longo dos



Município de Leiria Assembleia Municipal

anos houve uma diminuição crítica do Estado Português a nível central e em especial a nível das regiões. Por esses motivos considera ser muito natural que esse espaço tenha de ser preenchido pelos autarcas, pelas autarquias e pelos Municípios. Na sua opinião, entende ser muito importante que o processo de descentralização seja um processo capaz porque senão os Municípios por mais vontade e proximidade que tenham não só dos problemas, mas sem os meios não vão ter sucesso na sua execução. Apesar disso disse que os hão-de receber, mas para isso precisam de os negociar o que estão a fazer na área da saúde, nomeadamente no que diz respeito às verbas de manutenção de alguns centros de saúde. Em relação à questão da habitação disse estar-se a viver um momento crítico no país, de um crescimento dos preços da habitação não pela construção, mas pelo excesso de procura em especial em cidades como a de Leiria. Reconheceu que a nossa cidade, o nosso concelho possui um dinamismo extraordinário que faz com que entre censos se tenha crescido e todas as semanas, todos os dias estão a chegar pessoas a Leiria. Disse que todos os dias têm pedidos para ver se arranjam alojamento, casas para pessoas que estão a chegar para vir trabalhar, sobretudo estrangeiros. Em pouco tempo o paradigma da habitação mudou não só pelo excesso de procura, mas pelo aumento de preços que não estávamos habituados. Esclareceu que a Câmara de Leiria tem, um no que diz respeito à habitação social para famílias carenciadas, uma candidatura de 8 milhões de euros para construir 50 fogos encontrando-se neste momento a desenvolver o projeto, projeto esse inovador que é o de uma habitação tipo que possa ser modelar e que tenha uma construção que seja feita, repetida e que seja feita em fábrica. Na sua opinião, se se optar pelo modelo convencional e tradicional as casas estão feitas quase daqui a uma década. Afirmou que pretendem fazê-las descentralizadas pelas Freguesias, uma casa tipo, modelar, com uma construção a pensar no futuro e que respeita tudo aquilo que é a sua eficiência energética e os requisitos para poder vir a ser financiada no âmbito do PRR. Aproveitou para informar que a Câmara de Leiria tem um programa de apoio à habitação que é um dos mais robustos do país, que por ano já gasta cerca de 700 mil euros e consegue financiar cerca de 300 famílias por mês. Essas 300 famílias não conseguem pagar a totalidade da sua renda e por isso recorrem ao apoio da Câmara e se caírem dentro dos critérios poderão receber por mês 100, 150, 200 euros para ajudar a suportar uma renda que às vezes chega aos 600, 500 euros e este apoio todos os meses, ao final do ano já soma 600 mil euros. Um patamar importante da classe média, de alguns jovens que não conseguem cujo rendimento per capita não consegue suportar as rendas das suas habitações, a Câmara está dentro a ajudar, a compensar sendo muito natural que nos próximos anos, em especial nos próximos tempos, haja um reforço desta verba para apoiar estas famílias uma vez que é uma área que os preocupa bastante sendo esta a maneira mais rápida, mais tática e mais eficaz de



Município de Leiria
Assembleia Municipal

poderem dar o seu contributo porque não se consegue rapidamente construir 300 fogos, nenhum Município do país o consegue fazer nem Loures que é o bairro social de Lisboa, nem o Porto consegue apesar da sua forte tradição de construção em bairros sociais, bairros com rendas apoiadas. Referiu ainda que só quem não anda na rua e que não vê a quantidade de construção que Leiria está a ter neste momento, desde os Parceiros, Leiria, Marrazes e Pousos, etc. a Câmara tem em curso e também licenciadas com alvará levantado mais de mil fogos na rua, fogos esses que nos próximos anos irão estar disponíveis para as famílias, infelizmente não aos preços do passado, com preços mais elevados, mas que irão equilibrar aquilo que hoje é uma grande dificuldade de falta de oferta.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao "Período da Ordem do Dia" informando que o ponto 1 seria apenas para conhecimento.

***** PERÍODO DA ORDEM DO DIA *****

Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Lopes – PCP**

Transcrição:

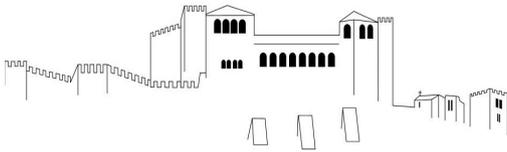
"Há seis meses que decorre o projeto Leiria Cidade Europeia do Desporto 2022. Era de esperar no relatório uma análise a este primeiro semestre.

A Câmara nada diz. Omissão que se limita a corresponder ao vazio desta candidatura. Não foi elaborado qualquer plano nem programação específica dignos desse nome. Limitaram-se a enquadrar no projeto a normal atividade desportiva concelhia, com uma pincelada aqui ou ali de ações trazidas a realizar em Leiria, como é o caso do IX Congresso de Treinadores de Língua Portuguesa.

Perdeu-se a oportunidade de promover o desporto e elevar a sua prática. Não se envolveu a escola nem o movimento associativo para reforçar a cultura física e a prática desportiva de crianças e jovens que é, como se sabe, tão necessária ao crescimento.

Nem se aproveitou para uma grande festa do desporto no concelho, uma espécie de olimpíadas municipais.

Ao vazio do projeto do PS para o desporto correspondeu, como é óbvio, o fiasco deste projeto, quiçá maior que o do projeto da Capital Europeia da Cultura 2027.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Também no domínio da transferência de competências no âmbito da Educação se impunha uma primeira análise quando já decorreram 2 meses e meio de experiência, de grande importância no quadro da preparação do ano letivo, 2022-23.

Sabe-se de múltiplos pontos do país que há uma enorme desproporção entre os valores a transferir para refeições escolares nos segundo e terceiro ciclos e os valores que no quadro de novos concursos as empresas que detêm o monopólio da confeção e fornecimento estão a apresentar. Mesmo que o valor venha a ser aumentado para €2,75 fica-se a grande distância dos novos valores, criando-se enormes défices municipais.

Também os valores para manutenção e conservação, de acordo com reclamações de municípios por todo o país, estão aquém das necessidades.

Pelos vistos em Leiria está tudo no maravilhoso mundo rosa. De tal forma que não se achou por bem prestar contas à Assembleia do estado deste dossiê.

Temos dito aqui que não se pode acreditar na palavra da maioria. O discurso do presidente da Câmara no Dia do Município é o certificado oficial de que a crítica do PCP é justa e certa.

Como é habitual, o que era ontem não é hoje e amanhã sê-lo-á ou não. As conjunturas que se vão seguindo servem para todas as desculpas. E até projetos que, se presumiam estratégicos para o PS são, oportunisticamente, sacrificados no altar do deixa andar.

Aquilo que ontem era necessário, imprescindível, transformador hoje é obra faraónica. Dito assim, sem pudor, como se todos fossem alienados e não dessem pela marosca.

Em tempo de incerteza impõe-se fazer o que estrategicamente temos como certo para melhorar o futuro ao invés de desistir, como faz a maioria.

A saga do Topo Norte é só mais um episódio da deriva errática do PS.

Quanto milhões já gastou o PS em concursos de ideias e projetos que vão para o lixo era bom saber-se.

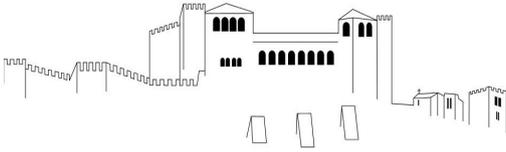
A reabertura, com muita pompa e circunstância, do mercado de Leiria veio revelar como a opção tomada foi errada. Os vendedores das frutas e legumes e do peixe queixam-se com razão das condições de trabalho.

Os compradores amontoam-se e atropelam-se junto dos seus fornecedores.

Como dizia alguém, este é o Mercado dos Pequeninos.

Também a Feira do Livro se enquadrava no mesmo conceito, uma espécie de Feira do Livro de Bolso.

É tudo assim em Leiria, com exceção das operações de propaganda onde se devem gastar fortunas. E, já agora, do negócio especulativo do imobiliário, para o qual a Câmara contribui, como se depreende do anunciado futuro para os terrenos de atuais instalações municipais na Guimarota e em S. Romão.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Também nestas matérias a Câmara deve prestar contas à Assembleia.

E era importante que prestasse contas sobre a modernização da Linha do Oeste, o comboio de alta velocidade, o acesso à A1 no Barracão, a universidade de Leiria, o futuro de Monte Real.

O PCP aprecia negativamente a atividade da Câmara neste período.”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor Vereador Carlos Palheira que prestasse esclarecimentos sobre o projeto “Cidade Europeia do Desporto”

Intervenção do senhor Vereador Carlos Palheira

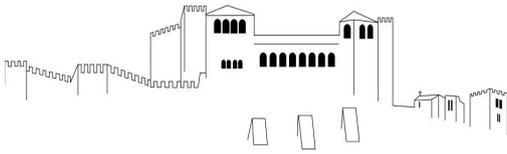
Transcrição:

“Muito boa noite a todos.

Cumprimentar na pessoa do senhor Presidente todos os presentes.

Apenas referir duas questões, uma relacionada com o estádio, é que o estádio não foi referido, mas é um estádio de nível I, há poucos no país, o nosso é um dos que está catalogado como nível I e, portanto, essa certificação máxima ao nível do Sporting, do Benfica ou do Porto. É dos poucos que tem também o seu plano de segurança totalmente aprovado, portanto, cumpre com todas as normas. Relativamente ao bocado aquilo que foi falado do relvado, nós mudámos de empresa que está a cuidar do relvado e neste momento a empresa dá-nos todas as garantias para a realização de um jogo e de um treino por semana. Mas voltando a esta questão que foi aqui perguntada que resumiu um fim de semana a um congresso de treinadores, só para lembrar o senhor deputado Manuel Lopes... sim, é um pouco mais. Só este fim de semana vamos ter o Campeonato Nacional de Atletismo, Campeonato Nacional Masters de Ciclismo, na Maceira, Campeonato Nacional de Ténis de Mesa, nos Pousos, prova de orientação no nosso território. Quando diz que não fazemos atividades para a nossa comunidade também podia estar um bocadinho mais atento, eu sei que é difícil comunicar também para chegar a todas as pessoas, mas só para o lembrar tivemos um evento para a população sénior, um encontro de séniores da Comunidade Intermunicipal no nosso território que juntou mais de 300 pessoas e temos também este fim de semana, curiosamente, uma atividade para os mais jovens no âmbito da promoção da mobilidade suave que é o Leira Kids Bike Tour ou seja, tentamos chegar a todas as pessoas, envolvemos todos os nossos agentes desportivos dentro do que nos é possível e estimulamos a que todas as pessoas façam uma participação desde os mais jovens aos menos jovens, na certeza de uma coisa o desporto é algo que é estrutural e algo que é agregador do território. Muito obrigado.”

A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento.**



Ponto 2 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2021 do Grupo Autárquico do Município de Leiria – Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Explicou que este ponto vem consolidar as contas do Município, SMAS e teatro José Lúcio da Silva que já em anteriores Assembleias Municipais discutiram e aprovaram. Disse ser uma obrigação legal fazer esta consolidação algo que é feito nesta reunião depois de se terem os outros resultados apurados.

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD

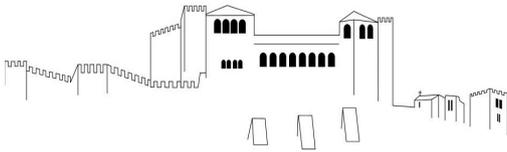
Transcrição:

"Pereira de Melo, PSD.

Ponto nº 2 - Prestação de contas consolidadas referentes ao ano de 2021.

A análise das contas irá ser feita na medida pela minha colega de bancada, Profª Alexandra, na medida em que é especialista neste assunto e eu farei mais uma análise de aspeto político.

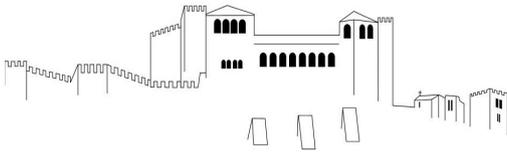
A análise política relativa à utilização dos quantitativos que vai ser objeto da minha intervenção parte da análise dos gastos, de percentagem de gasto, como é que ela foi feita. Ao longo dos anos que estou já nesta Assembleia tenho verificado que o executivo PS privilegia realmente as despesas gerais e o capital um pouco perdido. Na fase inicial até tivemos um Presidente da Câmara com muita habilidade para finanças e que ia fazendo quase um grande banco daqui sob o pretexto de que o estádio tinha dado negativo. O facto é que hoje já teríamos pago o estádio e se o PSD não tivesse feito ele não existiria porque na realidade teríamos um excedente bancário gigante. E o estádio ainda não está totalmente pago porque também não convém pagá-lo porque os juros são muito altos, os juros da dívida, e os bancos não aceitam baixar os juros, razão porque é bom que a Câmara não paga e que vá esperando (gravação impercetível) ... os bancos que neste momento estão envolvidos não cedem e, portanto, a política de pagar à distância não é má. Agora verifico que esta gestão socialista privilegia fundamentalmente contas certas, o que é bom, e pela 1ª vez a transferência de um ano para o ano seguinte não aumenta, vá lá, significa que realmente não estamos a pedir aos cidadãos de Leiria que realmente contribuam para a conta bancária da Câmara. Também não aumenta por outro motivo, é que o IMI baixou e outros impostos baixaram, realmente isso baixou. Acho é estranho que 65% do orçamento sejam despesas correntes e 35% em capital, portanto, há um privilégio das despesas correntes. As grandes obras, o topo do estádio continua deslizando, a requalificação da avenida Heróis de Angola, temos vasos, mas também não foi daí, o pavilhão multiusos que o senhor Presidente da Câmara na altura declarou que não iria fazê-lo a não ser a longo prazo, portanto, também desapareceu. Não temos um pavilhão grande



Município de Leiria Assembleia Municipal

em Leiria, multiusos. Os parques empresariais, Monte Redondo arrasta-se, os restantes quase que não aparecem, mas o senhor Presidente da Câmara também noutra dia falar sobre a Maceira também não considera essenciais os parques empresariais, já declarou aqui que se consegue realmente viver sem eles perdem-se é as infraestruturas. A circular externa de Leiria é uma miragem, os parques de estacionamento gratuitos continuam a ser uma miragem estacionar em Leiria é quase impossível mesma à noite, eu para estar aqui tenho o carro a 300 metros daqui, junto ao tribunal. O que não é mau, não é mau, há quem tenha mais longe, há quem tenha mais longe.

A despoluição do rio Lis continua, o plano de mobilidade do concelho fez-se um projeto caríssimo e continuamos parados, o jardim da cidade parece que agora vai aparecer do lado de lá da A19 com um acesso fácil de um túnel por baixo da autoestrada que tem aí quase, não direi 80 ou 90 metros que é bom para as pessoas à noite serem assaltadas nesse túnel que não sei como é que querem que o acesso vá ser feito, se será por cima da autoestrada ou se mete mais um buraco por baixo da autoestrada, mas é bom pôr um polícia em cada ponta para evitar um assalto. A aquisição da casa em que viveu Eça de Queirós foi prometida pela Câmara, neste momento está a ser emparedado e ficou em promessas. Portanto, o fundamental para a Câmara têm sido os eventos, ainda agora houve aqui uma sessão em que se apresentou eventos em cima de eventos, eventos, está bem, hoje é dia de São João, salvo erro, também podíamos ter feito o evento. As obras da Nossa Senhora de Fátima, Humberto Delgado, arrastam-se e agora já estamos a adivinhar que as obras da Capitão Mouzinho de Albuquerque vão ter um desenvolvimento também bastante longo, isto por culpa de quem? Por culpa do Dom Manuel Aguiar. Dom Manuel Aguiar, que foi bispo de Leiria, nasceu em 1798, não 1751 e morreu em 1815. Por volta de 1798 resolveu fazer aquilo que ninguém fazia que é deixar de enterrar os mortos dentro das catedrais então Leiria foi pioneira em ter um cemitério fora da catedral. Esse cemitério funcionou até ao fim da revolução francesa entre 1798 até volta de 1800, entre 1810 e 1820 são as últimas pessoas que lá foram enterradas. Neste momento deve haver muitos resíduos desse cemitério o que quer dizer que quando começarmos a afundar a avenida vai aparecer muita coisa de interesse histórico e lá vamos ter a avenida ou a rua interrompida durante a fase IV, suponho que é a fase IV, irá ser uma fase para as calendas. Eu não vi isso escrito em parte nenhuma, não vi isso citado, mas há lá a (palavra impercetível) que será possível e estou convencido que isso vai suceder. Para além disso há o esgoto que também vai criar problemas. Portanto, o que eu lamento é que realmente esta Câmara privilegie aqueles assuntos de despesas gerais e continue possuindo capital, a não pegar em assuntos estruturais, nomeadamente o plano de mobilidade que é importantíssimo e que não se faz. Tenho dito.”



Município de Leiria Assembleia Municipal

Intervenção da senhora deputada **Alexandra Carvalho – PSD**

Transcrição:

"Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, Dr. António Sales, e na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta assembleia e todos os que assistem a esta sessão online.

Boa noite,

Relativamente ao tema da prestação de contas consolidadas do período de 2021 do grupo autárquico de Leiria, não pode o grupo do PSD deixar de, mais uma vez, afirmar que a preocupação deste Executivo se prende com a execução orçamental da receita, a permitir um saldo de gerência para o ano seguinte de cerca de 40/45% do valor do orçamento.

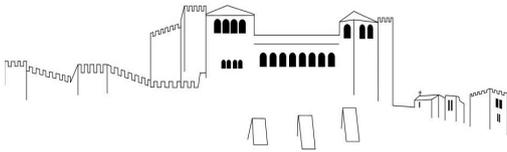
Este ano, como já tivemos oportunidade de dizer, foram gastos mais cerca de 4,5 milhões de euros. A poupança não foi tão grande como nos anos anteriores. Foram cerca de 53 milhões euros contra os cerca de 58 milhões de 2020. Pena é que o montante não tenha sido canalizado para investimento, para despesas de capital, já que, ano após ano, a sua execução fica muito aquém do valor previsto em termos orçamentais.

Verificamos uma tendência já muito consolidada de crescer as despesas correntes e redução das despesas de capital e uma transferência considerável de contas de gerência para o ano seguinte. Podemos confirmar a incapacidade de executar obra no município e de gastar em despesa corrente (não reprodutível).

O concelho de Leiria tem necessidade de um plano estratégico de desenvolvimento, conhecido dos seus munícipes (diga-se principais financiadores) que contribua de forma clara para o seu desenvolvimento e bem-estar. Normalmente há falta de recursos, no caso de Leiria há falta de capacidade de gestão e visão estratégica e mesmo falta de capacidade de executar o que se propõe.

Em 2020, justificaram que o montante orçamentado e não executado se deveu às circunstâncias especiais (entenda-se pandemia), tendo por isso alguns investimentos ficado por concluir, processos formais por completar. E em 2021?

Temos mesmo de ser repetitivos, como o Sr. Presidente tantas vezes nos acusa. Pois as opções de gestão mantêm-se, com grande predomínio na execução das despesas correntes. De facto, não vemos refletidas nas contas o adequado retorno dos impostos pagos pelos munícipes, ano após ano, na melhoria em termos sociais, económicos, mobilidade, ambientais, etc. (em 2021, com um aumento considerável e que se perspectiva ainda maior em 2022, tendo em conta os valores acumulados de receita líquida arrecadada, à data de maio de 2022, de onde destacamos, por exemplo, no caso do município, o aumento de cerca de 50% da receita de IMT)



Município de Leiria Assembleia Municipal

Passemos agora às Demonstrações Financeiras, porque os documentos de prestação de contas não se resumem aos documentos de execução orçamental, ainda assim, toda a discussão se tem centrado ao longo dos anos nesse ponto.

E para isso, vejamos a Certificação Legal de Contas do Revisor Oficial de Contas.

Antes de mais é preciso esclarecer que reservas nas contas dão sempre uma má imagem da gestão pois ou representam desacordos em certas matérias ou representam dúvidas sobre algumas partes das contas.

O grupo passou de uma Certificação legal de contas com 2 reservas para uma certificação legal de contas com 5 reservas: 4 por limitação de âmbito, porque o auditor não foi capaz de obter prova de auditoria suficiente e apropriada para basear a sua opinião e 1 por desacordo, porque o auditor após obtenção da prova de auditoria, concluiu que as distorções são materiais para as demonstrações financeiras.

E antes de continuar, perguntamos, Sr. Presidente, não foi confrontado com um draft da Certificação enquanto responsável pelo órgão de gestão, onde lhe era sugerida a alteração da situação mencionada no ponto 5? Se sim, porque não aceitou corrigir a situação?

...

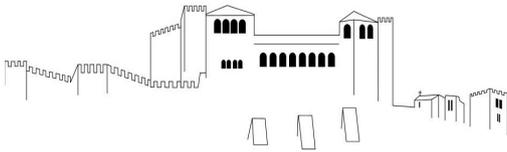
Relativamente às outras 4 reservas:

• *Duas delas já apareciam na certificação do ano passado:*

oUma tem que ver com os bens de domínio público e privado e de ativos fixos tangíveis em curso do município de Leiria. É dito no documento que o trabalho está a ser desenvolvido ao abrigo de uma contratação externa de serviços (aliás, isto já era dito nas contas de 2020). De referir que esta situação tem implicações em termos de Balanço e de Demonstração de Resultados (nomeadamente através da rubrica de depreciações, que modificaria o resultado líquido apurado). Sr. Presidente, gostaríamos de saber o ponto da situação.

oA outra refere-se à rubrica de clientes, contribuintes e utentes dos SMAS. Não é possível aferir sobre a veracidade dos valores apresentados nesta rubrica. E esta situação não tem que ver com o upgrade em termos de sistema comercial de gestão de água, ou tem, Sr. Presidente? É que esta reserva o ano passado já existia! O que está a ser feito para que no próximo ano estes valores sejam confiáveis? E esta reserva deixe de existir?

• *As outras duas reservas têm que ver com contratos de concessão. Uma resultante das contas do município, outra dos SMAS. E sobre este tema, dizer também que a informação que é fornecida nestas contas não está de acordo com o normativo contabilístico. Socorremo-nos do Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas e ficamos com muitas dúvidas (não quanto ao incumprimento do SNC-AP), mas quanto aos contratos de*



Município de Leiria Assembleia Municipal

concessão (com implicações nos Ativos fixos tangíveis). As Notas explicativas aparecem desenquadradas (exemplo, EDP)

Por tudo isto, perguntamos: sendo, o AFT a rubrica do balanço com maior expressão e, estando por reconhecer (ou até desreconhecer) ativos, estará o Balanço à data de encerramento do período de 2021 a retratar verdadeira e apropriada a estrutura económico-financeira do grupo Autárquico do Município de Leiria?

Além destas reservas, o ponto 4 do RELATÓRIO E PARECER DO ROC que reproduzimos refere: "Entendemos recomendar a clarificação do estatuto jurídico do TJLS, face às obrigações contabilísticas, tributárias ou outras a observar."

Esta recomendação não é nova. Também o Revisor Oficial de Contas é repetitivo, Sr. Presidente, pois não é a primeira vez que faz esta recomendação. Perguntamos, porque razão aparece novamente a mesma recomendação? Não concorda? Quer manter a situação tal como está? Ou já tomou providências no sentido de clarificação do estatuto jurídico referido?

Contas certas também são contas transparentes de acordo com as boas práticas e normas contabilísticas.

Agradecemos os esclarecimentos, mas dadas as divergências em termos de gestão, o PSD terá que votar contra neste ponto."

Intervenção do senhor deputado **Manuel Lopes – PCP**

Transcrição:

"Peço desculpa, estava distraído, mas vou ser rápido.

Portanto, só para dizer que apreciamos negativamente pelas razões que expusemos quando foram apreciados os documentos de prestação de contas de cada uma das entidades do Grupo Autárquico.

A soma das partes não produz qualquer modificação qualitativa às execuções per si, não havendo assim lugar à alteração das nossas apreciações. Obrigado."

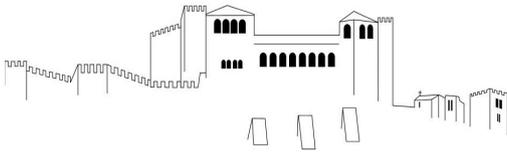
Intervenção da senhora deputada **Telma Curado – PS**

Transcrição:

"Boa noite a todos. Telma Curado, PS.

Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e em si cumprimento todos os presentes.

Presentes os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2021, Relatório e Contas do Município de Leiria relativamente, relativo ao ano de 2021, Relatório e Parecer do ROC e respetiva Certificação Legal de Contas e os mesmos documentos relativos às restantes entidades que fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e teatro José Lúcio da Silva



Município de Leiria Assembleia Municipal

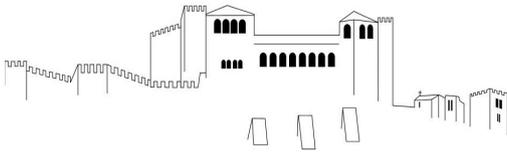
transparentemente apresentados, amplamente debatidos e todos aprovados da Assembleia Municipal de Leiria no passado dia 29 de abril são agora presentes a esta Assembleia os documentos de Prestação de Contas Consolidadas de acordo com o estipulado nos artigos 75º e 76º da Lei 73/2013, na redação atual. Em resultado dessa apresentação e aprovação o que resta acrescentar sobre esta matéria é única e exclusivamente o seguinte, realização de despesas de capital, o tão desejado e debatido investimento determina em anos vindouros despesa corrente, conseqüentemente, nós não podemos ter sol na eira e chuva no nabal, mais investimento num ano converte-se, por natureza da realidade contabilística subjacente e do seu registo em conformidade, em despesa corrente no ano seguinte. Processo de realização da despesa está como todos sabemos sujeita às diversas tramitações associadas às práticas de rigor e transparência que são absolutamente necessárias nos processos de contratação pública e no uso de fundos públicos. Processos de grande volume, como todos sabemos, carecem do visto do Tribunal de Contas tratando-se de um visto de natureza tácito o período mínimo é de 2 meses e facilmente atinge meio ano. O prazo mínimo num procedimento de contratação pública ascende a 4 meses desde a decisão de contratar até à efetiva adjudicação admitindo que não ocorrem quaisquer interrupções de natureza legal e perfeitamente legítimas como, por exemplo, os pedidos de esclarecimento ou as reclamações. Esta morosidade é uma das razões muitas vezes esquecida, mas perfeitamente justificável que contribui negativamente para as taxas de execução orçamental. Relativamente ao relato do Revisor Oficial de Contas sobre as Contas Consolidadas vou abster-me de reproduzir novamente aquilo que foi dito na passada Assembleia Municipal de 29 de abril uma vez que todos os pontos que foram alvo de opinião do Revisor relativamente às contas individuais e que agora vemos expostas novamente nas contas consolidadas foram devidamente expostos e justificados e se encontram, e bem, novamente evidenciados e a ser alvo de trabalho pela equipa financeira do Município. Se esta Assembleia bem se lembra, e estou certa de que se lembra, a explicação dos pontos em apreço é eminentemente técnica e está a ser objeto de trabalho contínuo por parte da equipa financeira do grupo autárquico, obrigada.”

Intervenção do senhor deputado **Manuel Cruz – PS**

Transcrição:

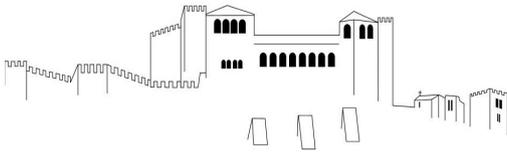
"Boa noite, novamente. Manuel Cruz, PS.

Eu acho que, atrevo-me ainda voltar ali um pouco atrás ao senhor deputado Pereira de Melo, quando fala saldos de caixa e depois fala no campo, no estádio, senhor Pereira de Melo, há uma das coisas que o senhor tem que esperar sentado, é que o senhor gostaria que daqui a 2 anos o saldo de caixa se mantivesse assim para tomar o poder, mas espere sentado que não vai ser nessa altura porque a diferença entre o saldo de caixa de agora e



Município de Leiria Assembleia Municipal

aquilo que tomámos, que o PS tomou, era exatamente, o valor era parecido, só tinha um tracinho de menos no lado direito e o nosso não tem tracinhos, é limpo. O Município de Leiria apresenta contas consolidadas, bem equilibradas, robustas que nos permitem caminhar com tranquilidade. As contas consolidadas não são mais que a junção das contas das três entidades controladas pelo Município, contas essas já aprovadas, discutidas e analisadas em abril passado. As referências dos auditores, que posso também dirigir-me à deputada Alexandra Carvalho, são as mesmas, foram apresentados anteriormente na altura, minuciosamente esclarecidas, comentadas minuciosamente pela deputada Telma Curado, penso que a senhora deputada não estava aqui na altura das contas, em abril. Por isso, tinha as respostas todas completas, porque ela teve aqui bastante tempo, muito tempo e discriminou uma por uma, escalpelizou todo o espaço. Está tudo como pretendíamos? Não. Nós temos dentro do espaço temporal local para resolver essas coisas, mas estamos dentro do espaço legal para resolver essas incorreções, é o que estamos a fazer e é o que queremos fazer. Os tempos próximos estão ameaçados por dificuldades que já foram esquecidas, uma taxa de inflação que não conseguimos prever onde pode chegar e quanto tempo vai demorar. A taxa de juros com subidas garantidas ameaçando-nos com consequências vividas há uma década. Estes dois fatores, se outros não existissem por si só, colocam em causa o nosso modo de vida e de bem-estar social, colocam em causa os nossos orçamentos, mesmo os familiares, cujos efeitos já se fazem sentir, colocam em causa os orçamentos dos Municípios que pela sua proximidade vem colocar em causa o seu apoio social aos munícipes. É nestes tempos que precisamos de uma situação reforçada das contas dos Municípios. São eles que estão na 1ª linha de apoio aos mais necessitados, aos mais frágeis, aos mais desfavorecidos. Com um saldo de tesouraria acumulado de 53,4 milhões de euros, o nosso Município garante a sua capacidade de realização de obras e satisfação dos seus compromissos. Com uma autonomia financeira de 90% apresenta um elevado grau de disponibilidade para os seus compromissos e apoios sociais, com um rácio de financiamento bancário inferior a 4% está fora do risco provocado pela erosão dos juros. Falamos de obras por realizar, de coisas tangíveis que todos podem ver sem grande esforço, mas em parte são obras cuja prioridade embora grande não é tão importante como parece ser, por vezes muito pouco traz para o bem-estar e social das populações mais carecidas. Sofremos de miopia porque confundimos a cidade e os locais, as localidades mais próximas como se mais nada, como se mais ninguém existisse no concelho. Não encontro uma crítica construtiva de como se deve fazer mais e melhor para com as populações mais desfavorecidas, para com os jovens, para com os séniores, para aqueles que mais precisam, afinal é essa a grande missão das autarquias, pela proximidade são elas que conhecem as carências das suas populações e que estão em contacto permanentemente para ajudar.

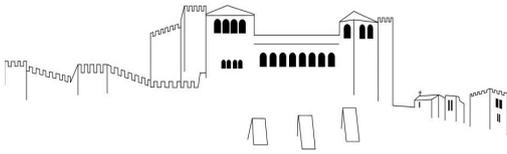


Município de Leiria Assembleia Municipal

Estar mais próximo das pessoas, contribuir para o seu bem-estar, contribuir para o seu desenvolvimento, ter capacidade de ajuda em tempos difíceis é fundamental, não é isso que vejo nas vossas preocupações ou comentários. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores deputados ao apresentar as contas consolidadas com grande autonomia e sem responsabilidades financeiras podia-se pôr em causa as contas do Município causado pelos tempos próximos o governo do Município trabalhou de forma parcimoniosa ao garantir a capacidade de estar mais próxima das pessoas potenciando as suas ajudas às mesmas se tal vier a ser necessário. É um Município com contas equilibradas e sem estrangulamentos financeiros, é mais atrativo para as pessoas viverem porque reconhecem as preocupações com o seu bem-estar e o apoio em caso de necessidade, é mais atrativo para as empresas porque reconhece uma gestão exemplar e cuidadosa dos dinheiros públicos em favor do desenvolvimento económico e social, é mais atrativa para os novos investidores, novas empresas disruptivas porque reconhecem que existem centros de conhecimento, existe cultura e que existe apoio, existe qualidade de vida. Leiria, como já aqui foi dito hoje, é o 4º concelho do país procurado pelos investidores estrangeiros para se viver, é o 6º país para se investir e é o 10º a nível nacional. Tudo isto só é possível com contas consolidadas robustas, resilientes aos fatores negativos, isto é Leiria. Disse.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Começou por explicar que este ponto é o resultado do somatório das contas do universo municipal onde, naturalmente, a Câmara Municipal tem um contributo maior. Agradeceu o fato de reconhecerem que as contas estão certas pois no passado houve momentos em que quer o PS, quer o PSD disseram que as contas estavam erradas e estavam. Disse serem contas certas e que têm resultados positivos apesar de no ano de 2021 pelas suas características já anteriormente mencionadas e onde se inclui a introdução dos funcionários do Ministério da Educação fez com que a Câmara passasse para cerca de 1153 funcionários representando um aumento muito grande da despesa corrente compensada também com o aumento da receita corrente, mas que produzia efeitos nas contas do Município a par da despesa daquilo que era o aumento da inflação do ano de 2021 e em especial por aquilo que foram as ações de combate à pandemia. Referiu que por todos esses motivos as contas de 2021 têm estas características. Existe um aumento do investimento no que diz respeito à capacidade de execução. Disse que a execução de obras, que já foi explicada anteriormente, não é fácil para Leiria nem para nenhum Município do país havendo, naturalmente, as explicações que são apresentadas. Reconheceu que o ritmo da Câmara podia ser muito maior, mas às vezes pelo ímpeto reformista e estratégico do PSD, se fossem a ter em conta todas as obras que desejam que a Câmara fizesse e se fosse com a sua

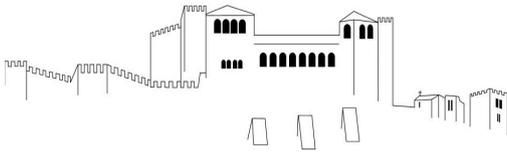


Município de Leiria Assembleia Municipal

(PSD) rapidez o saldo atual já não existia e aí as contas já não estariam certas. Continuou a sua intervenção dizendo que há naturalmente uma visão, uma opinião e uma narrativa que é normal relativamente à despesa corrente que é diabolizada, mas são os mesmos que atualmente diabolizam essa despesa e vêm reclamar mais assistentes operacionais para as escolas do 1º ciclo e jardins de infância. Esclareceu que isso também é despesa corrente e que a Câmara não pode deixar as escolas sem pessoal. Disse ainda serem os mesmos que reclamam melhor transporte público, que o Mobilis tenha mais circuitos, que reclamam também que as estradas tenham de ser melhoradas e que os circuitos dos autocarros sejam com maior frequência, são ainda aqueles que reclamam que se deve ter mais iluminação pública espalhada pela cidade e pelas aldeias. Na sua opinião, ao diabolizar a despesa corrente esquece-se muitas vezes que estas atividades diárias, que muitas pessoas, muitas empresas, pessoas internas e externas fazem para que uma cidade e um concelho fique organizado é o fruto de muita atividade do dia a dia e que têm as características de despesa corrente. Afirmou ainda que dizer que a despesa corrente é só "foguetório", que hoje no São João estamos em festa é uma tentativa de dizer que a Câmara só gasta dinheiro em foguetório, em animação e em propaganda, mas depois vêm aqui reclamar porque não sabem o que é que está a ser feito no âmbito da Cidade Europeia do Desporto acabando o senhor vereador por explicar todas as atividades que se fazem. Explicou que muita da despesa corrente que têm assenta também numa máquina de apoio social, educativo, desportivo e cultural através daquilo que são os financiamentos das atividades decorrentes das associações que são para a Câmara um exemplo e uma prioridade, assim como o reforço do investimento e do financiamento nas despesas correntes das Freguesias para que elas possam estar mais robustas para os desafios do seu dia a dia e para que possam ter mais colaboradores e mais capacidade de intervenção, Concluiu dizendo que a despesa corrente tem naturalmente uma importância nos orçamentos da Câmara e no próximo ano, infelizmente, pelas questões relacionadas com o clima de inflação que temos vão ainda aumentar mais embora haja um esforço diário para controlar a despesa corrente.

Relativamente à questão das reservas explicou que são resultado das reservas que já tinham sido apontadas individualmente. Sobre a 5ª reserva, que tem a ver com o lançamento daquilo que são as despesas das receitas relacionadas com os contratos interadministrativos que foram lançados em rubrica diferente, situação que já está resolvida neste ano tendo por isso ficado ultrapassada.

Em relação às questões do património só em 2022 vão integrar no ativo da Câmara mais 100 milhões de euros de património que apesar de ser uma tarefa de responsabilidade não é o que implica as contas pois esse ativo existe, não desaparece, as estradas não desaparecem, os edifícios municipais não desaparecem. Afirmou que não estão todos



Município de Leiria Assembleia Municipal

registados no ativo da Câmara, alguns estão noutra tipo de rubricas sendo um trabalho que está a ser feito, é demorado e também não é caso único no país. Terminou dizendo que esse grande esforço feito por parte do Município nos últimos anos obriga a trabalho externo, nomeadamente empresas da especialidade para o poderem fazer e para que haja uma valorização correta e atual de muito do património da Câmara.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 9 votos contra** (9-PSD, 1-PCP) **e 7 abstenções** (3-PSD, 1-CHEGA,1-BE, 1-CDS-PP, 1-IL), os **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2021 do Grupo Autárquico do Município de Leiria.**

Ponto 3 - Relatório e Contas de 2021 e o Plano de Atividades de 2022 da Startup Leiria – Para conhecimento;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

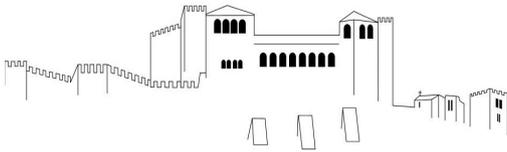
Explicou ser um documento sobre a atividade da Startup Leiria que é uma associação que tem como missão a promoção do empreendedorismo a nível regional, com uma forte implantação no concelho de Leiria. Disse que no referido documento são apresentadas as evidências daquilo que é a sua atividade em termos de plano de atividade e também orçamento para o próximo ano. Afirmou ser uma instituição onde depositam grandes expectativas, nomeadamente naquilo que é um grande desafio para o presente ano que é a dinamização do mercado municipal afeto às empresas, no 1º piso do edifício. Referiu ainda ser uma instituição que tem como sócias instituições tão relevantes e importantes como o Politécnico de Leiria, a Nerlei, entre outras empresas de referência da região.

Intervenção do senhor deputado **Luís Silva – BE**

Transcrição:

"*Luís Silva, BE.*

Gostávamos antes de mais de agradecer a apresentação deste documento que finalmente nos foi apresentado e é bem-vindo porque demonstra o cumprimento do direito da oposição. Gostaríamos também de saber quem são as pessoas que efetivamente gerem esta Startup e designadamente que influência têm e intervenção tem a Câmara enquanto membro do conselho executivo onde é representada pela senhora vereadora Catarina Louro. Relativamente à realização do plano de atividades que cabe ao diretor geral, em relação ao diretor geral e uma vez que o próprio documento também não especifica as categorias existentes na gestão da Startup, das categorias das funções que cada um, daquilo que cada um faz e os salários envolvidos para cada uma dessas categorias apenas



Município de Leiria Assembleia Municipal

nos é dado um valor geral de gastos com pessoal e nós gostávamos de conseguir escrutinar melhor que categorias existem, quem é que recebe o quê e qual então o salário do senhor diretor geral Vítor Ferreira. Gostávamos também de perceber, aparecem algumas, aparece um prémio por ali no meio das contas que ninguém percebe a que se deve esse prémio, para quem foi esse prémio e lembrar que continuamos à espera do mesmo relatório de atividades do plano de atividades e orçamento em relação à Comunidade Intermunicipal de Leiria, que também já apelámos aqui para que nos fosse apresentado e que o senhor Presidente é também Presidente. Gostávamos também que nos fosse trazido a esta Assembleia a oportunidade de o discutirmos, de o podermos observar e podermos então avaliá-lo. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Relativamente à Startup esclareceu que os dados são públicos relativamente ao vencimento de diretor-geral. Garantiu que da parte daquilo que são os órgãos dirigentes nenhum deles recebe qualquer tipo de remuneração bem como a própria vereadora. Fez saber que o prémio foi dirigido à direção que trabalha pro bono naquilo que é a orientação estratégica da instituição. No que diz respeito aos ordenados mencionados no documento explicou serem para os funcionários da instituição

Em relação à CIMRL e ao relatório e plano de atividades esclareceu que a CIMRL possui uma assembleia própria onde os partidos estão representados, aqueles que têm representatividade a nível da região, tendo por isso conhecimento do documento. Disse que o referido documento não é algo sombrio e escondido dos deputados. Terminou a sua intervenção dizendo que têm todo o gosto em disponibilizar essa informação ao senhor deputado para que a possa analisar embora não seja da competência da Assembleia Municipal votar o documento uma vez que é votado na assembleia da CIMRL que é uma assembleia autónoma.

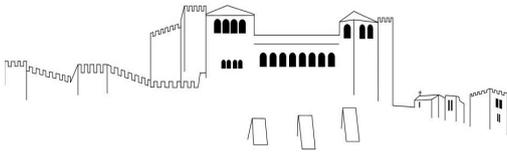
A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

Ponto 4 – Juntas de Freguesia

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que o ponto fosse discutido em conjunto votando-se em separado.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Em relação ao ponto 4 explicou ser composto por vários pontos onde existem ou existiram alterações aos contratos interadministrativos ou revogações tendo sobretudo a ver com os objetos que estão previstos nos diversos acordos com as freguesias e que por questões



Município de Leiria Assembleia Municipal

legais sempre que há uma alteração do objeto ou do timing é obrigatório ter a aprovação da Assembleia.

Intervenção do senhor deputado **Pereira de Melo – PSD**

Transcrição:

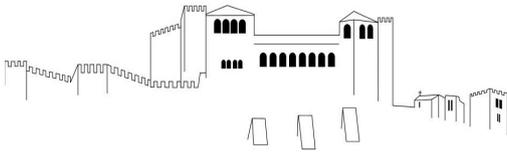
"Pereira de Melo, PSD.

Vamos discutir os pontos 4.1 a 4.10. ou seja, portanto, 10 pontos.

Desde já esclareço que o PSD irá votar a favor de todos estes pontos. Portanto, o que vou apresentar a seguir são críticas relativamente à maneira como isto é feito. Notamos, contudo, que em relação aos contratos interadministrativos de delegação de competências nas freguesias, uniões de freguesias se tem verificado um número muito significativo de alterações dos objetivos dos contratos assinados. Tal facto, a meu entender é o resultado de um planeamento deficiente por parte da Câmara Municipal e também por parte das freguesias / uniões. Não me refiro à recente crítica por parte do IGF (Inspeção Geral de Finanças), mas a situações concretas como as presentes na Assembleia de hoje. Por exemplo, 1º, a compra de equipamento informático é pedida para a substituída abertura de sepulturas num cemitério, realmente não se vão enterrar os computadores, mas o objetivo estava definido "compra de equipamento informático", descobriu-se que era para aberturas no cemitério. Depois, temos construções polidesportivas e feiras gastronómicas que passam para viaturas elétricas e requalificação de lavadouros, é um planeamento feito com antecedência. Festivais e tasquinhas passam a construção de acessos a balneários, também acho que são coisas afins. Em outro caso desiste-se da manutenção da faixa de combustível da rede secundária, pede-se a revogação. Verificamos assim que a atribuição de verbas pela Câmara às freguesias / uniões em época pré-eleitoral se destinava fundamentalmente a angariação de votos sem que houvesse um planeamento de despesas adequado. É assim que funciona realmente este executivo, ainda há bocadinho falámos no planeamento deste executivo. Portanto, a época pré-eleitoral determinou que realmente se distribuísse bastante dinheiro para as juntas e para as uniões, eu próprio chamei aqui à atenção que muitos senhores Presidentes de junta não iam ter capacidade para concretizar o que lá estava. Tivemos campanhas, a campanha dos cemitérios, a campanha dos nomes de ruas, houve essas campanhas e está-se a verificar que a distribuição de dinheiro não foi feita com planeamento correto. Existe assim uma perfeita falta de planeamento por parte do executivo no relativo à distribuição de dinheiros para as freguesias. "

Intervenção do senhor **Presidente da UF de Colmeias e Memória, Artur Santos**

Transcrição:



Município de Leiria Assembleia Municipal

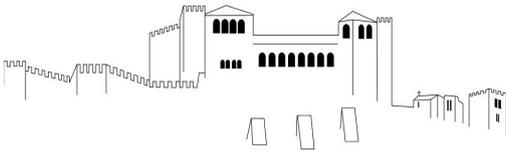
"Ora boa noite, Artur Santos, Presidente da UF de Colmeias e Memória e me permitem cumprimento todos os presentes e os lá em casa na pessoa do senhor Presidente da Assembleia.

Antes de dizer aquilo que tinha para dizer quero dizer ao senhor deputado Pereira de Melo que isto não tem nada a ver com campanha política, aliás, estas situações vêm depois precisamente por nós termos ganho as eleições, não foi antes, é depois. E, de certa forma há aqui muita despesa corrente que foi passada para a despesa de capital, o que quer dizer que são Presidentes de Junta responsáveis, ao contrário daquilo que possa estar a imaginar. O executivo da Junta da União de Freguesias de Colmeias e Memória após ter sido alertado para o pormenor escrito na minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências com o município de Leiria afeto à gestão de combustível na rede secundária, também designada por rede viária municipal, sobre o descrito no mesmo e de forma pouco esclarecedora na cláusula 6ª, atividade de manutenção onde consta a necessidade de abate de árvores, decidiu solicitar à Assembleia de Freguesia, a anulação da aceitação da respetiva ou do respetivo contrato que tinha sido aprovado na antepenúltima Assembleia de Freguesia, isto porque quando nos fizemos o convite a propor a aceitação do respetivo contrato entendemos na altura que as obrigações contratuais não contemplavam o abate de árvores adultas, mas somente o corte de rebentos de eucaliptos já abatidos ou árvores de pequeno porte que pudessem ter nascido no local a intervir. Sempre estivemos convictos que todas as árvores adultas que se encontravam contempladas no plano de abate inicial se encontravam abatidas. Viemos a constatar já no período de concurso que as áreas mais problemáticas onde era necessário abater árvores ainda não tinham sido intervencionadas tendo mesmo existido confrontos com proprietários nestes locais. Como esta Junta se recusou logo na 1ª fase em aceitar esta delegação de competências devido à existência de alguns proprietários muito problemáticos, que por certo nos acarretariam problemas, obviamente que não era agora que as aceitaria. Assim, dando como evidência o atrás descrito, o executivo da Junta solicitou aos membros da Assembleia de Freguesia a revogação da aceitação deste contrato interadministrativo referente à manutenção da faixa de gestão de combustível da rede secundária, o que foi aceite. Solicito agora nesta Assembleia que votem a favor desta mesma revogação. Obrigado."

Intervenção do senhor deputado Manuel Lopes – PCP

Transcrição:

"O PCP vota a favor de todos os pontos com exceção do ponto 4.7, 4.8 e 4.10 e passo a explicar porquê. No 4.7 votamos contra porque a elevada quantidade de adendas que alteram o contrato inicial é evidência de que os projetos não estão devidamente amadurecidos e que as prioridades de cada momento são encontradas ao acaso vivendo-



Município de Leiria
Assembleia Municipal

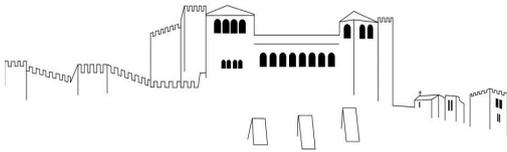
se num processo permanente de navegação à vista. É preciso uma reflexão e ponderação para melhores e mais justas decisões. Não nos foi apresentado qualquer estudo que demonstre que o interesse público fica assim melhor defendido. No 4.8 votamos contra porque a elevada quantidade de adendas que altera o contrato inicial, portanto, da mesma maneira que o ponto anterior evidencia que os projetos não estão devidamente amadurecidos e que as prioridades de cada momento são encontradas ao acaso. Portanto, é preciso mais reflexão e ponderação para melhores e mais justas decisões, também não nos foi apresentado qualquer estudo que demonstre o interesse público ficar assim melhor defendido e depois no 4.10 votamos contra porque não nos foi apresentado qualquer estudo que demonstre também que o interesse público fica assim melhor defendido. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

"Boa noite, uma vez mais.

Quero começar por agradecer a intervenção e a explicação trazida aqui pelo senhor Presidente da União de Freguesias, Artur Santos. Acho que é um gesto de louvar, até um sinal de respeito por esta Assembleia vir aqui explicar as alterações por isso acho que é de registar essa atenção. Quanto aos vários pontos 4 irei fazer uma apreciação genérica quanto a todos que fica já também para memória futura para outras votações do género. O voto do CHEGA quanto a estas matérias assenta na premissa que quem está mais próximo da população está em melhores condições para atender aos seus interesses e necessidades, para fazer o que tem de ser feito pelas suas gentes como é o caso das Uniões ou Juntas de Freguesias, nomeadamente os Presidente aqui presentes. Isto claro, até prova em contrário, caso a caso e cá estamos para acompanhar e fiscalizar, mas partimos desse princípio por isso, se as Juntas ou Uniões de Freguesias dizem que precisam de fazer isto ou aquilo, alterar isto para aquilo partimos, mais uma vez, do princípio que tal está correto, tal atende às necessidades das populações. Aliás, é este o princípio subjacente à delegação de competências uma forma de poder descer até junto dos cidadãos, trazer o poder aos cidadãos, até porque estas matérias não são decididas por uma pessoa, não são decididas por exemplo pelos Presidentes das Uniões ou das Juntas de Freguesia são apreciadas e decididas pelos órgãos próprios daquelas Freguesias quer o executivo, quer as Assembleias de Freguesia também eles pessoas da terra que conhecem as Freguesias e as suas necessidades e prioridades como ninguém. Isto não significa que o Município dê pura e simplesmente o dinheiro, nada disso, desde logo, porque o Município não dá dinheiro, quando muito aplica o dinheiro dos contribuintes cidadãos, portanto, exige-se rigor e estratégia. Significa sim que são as Uniões ou Juntas de Freguesia quem melhor conhece as suas terras, as suas gentes e, portanto, o que é preciso fazer ou não fazer, as prioridades



Município de Leiria
Assembleia Municipal

de gastos ou investimentos mais do que o próprio executivo municipal e também mais do que esta Assembleia. Claro está sem prejuízo dos poderes e competências de acompanhamento e fiscalização da Câmara e da Assembleia Municipal quanto a essas transferências. Daí que por defeito não levantemos objeções quando se trata de votar estas matérias. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** afirmou nada ter a acrescentar.

Ponto 4.1 - Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria Alteração de candidatura do apoio para despesas de capital – Freguesia da Bidoeira de Cima - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção** (1-IL), a **Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria Alteração de candidatura do apoio para despesas de capital – Freguesia da Bidoeira de Cima.**

Ponto 4.2 - Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura do apoio para despesas de capital – Freguesia de Maceira - Apreciação, discussão e votação;

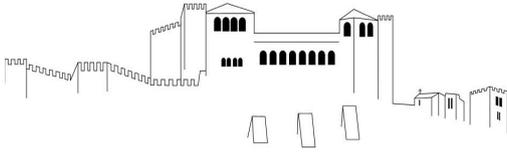
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção** (1-IL), a **Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura do apoio para despesas de capital – Freguesia de Maceira.**

Ponto 4.3 - Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração das candidaturas dos apoios de despesas de capital – União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção** (1-IL), a **Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração das candidaturas dos apoios de despesas de capital – União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira.**



Ponto 4.4 - Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura do apoio para despesas correntes – União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4.4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção** (1-IL), a **Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura do apoio para despesas correntes – União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa.**

Ponto 4.5 - Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura do apoio de despesas de correntes e de despesas de capital – União das Freguesias de Parceiros e Azoia - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4.5** à votação.

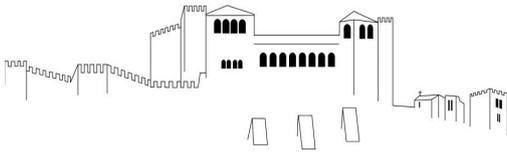
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção** (1-IL), a **Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura do apoio de despesas de correntes e de despesas de capital – União das Freguesias de Parceiros e Azoia.**

Ponto 4.6 - Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração das candidaturas do apoio para despesas de correntes e despesas de capital – Freguesia de Amor - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4.6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção** (1-IL), a **Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração das candidaturas do apoio para despesas de correntes e despesas de capital – Freguesia de Amor.**

Ponto 4.7 - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e Freguesia de Bidoeira de Cima no âmbito da execução de obras diversas - **6.ª Adenda - Apreciação, discussão e votação;**



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4.7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 voto contra (1-PCP) e 1 abstenção (1-IL)**, o **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e Freguesia de Bidoeira de Cima no âmbito da execução de obras diversas - 6.ª Adenda.**

Ponto 4.8 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 7 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4.8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 voto contra (1-PCP) e 1 abstenção (1-IL)**, o **Contrato Interadministrativo de delegação de entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 7.**

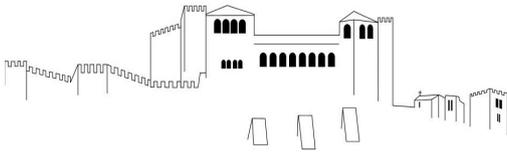
Ponto 4.9 - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito da Manutenção da Faixa de Gestão de Combustível da Rede Secundária – Rede Viária Municipal – Revogação de deliberação - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4.9** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção (1-IL)**, o **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito da Manutenção da Faixa de Gestão de Combustível da Rede Secundária – Rede Viária Municipal – Revogação de deliberação.**

Ponto 4.10 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da promoção do desenvolvimento sustentável – Retificação da Adenda n.º 1 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4.10** à votação.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **1 voto contra** (1-PCP) e **1 abstenção** (1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes** no âmbito da promoção do desenvolvimento sustentável – Retificação da Adenda n.º 1.

Ponto 4.11 - Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. Acordo de transferência de competências e Auto de transferência de recursos com a União das Freguesias de Colmeias e Memória– Adenda n.º 1 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Relativamente a este ponto esclareceu tratar-se de um acordo de transferências com a União de Freguesias de Colmeias e Memória, uma adenda que resulta de um processo negocial estando agora adaptado aquilo que foi essa mesma transferência no que diz respeito aos recursos financeiros afetos a este contrato de transferência de competências.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4.11** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **1 abstenção** (1-IL), a **Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. Acordo de transferência de competências e Auto de transferência de recursos com a União das Freguesias de Colmeias e Memória– Adenda n.º 1.**

Ponto 5 - Afetação do leito de um caminho ao Domínio Público Municipal, sito Cruz D' Areia na União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes - Apreciação, discussão e votação;

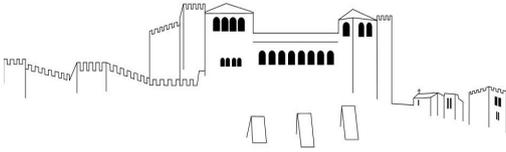
Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Explicou que o ponto tem a ver com um caminho do domínio público municipal no lugar da Cruz d'Areia e que tem como objetivo afetá-lo a uma área do domínio público municipal (dessas três parcelas) com o objetivo de constituição de um arruamento público.

Intervenção do senhor deputado **António Pereira de Melo – PSD**

Transcrição:

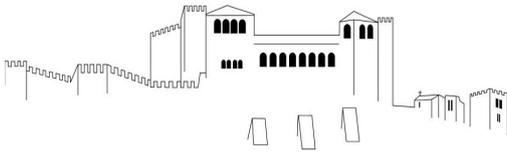
"Pereira de Melo, PSD.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Isto é o ponto 5 e 5.1, suponho que o seguinte também diz respeito à mesma coisa. (o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu ser apenas o ponto 5). Portanto, é o problema do caminho Casal Repolho. Tive hoje oportunidade de tentar passar neste caminho. Fica numa rua sem saída destinada a servir uma casa situada no meio de quintais. Indo à internet verifica-se realmente que plantada no meio dos quintais está uma casa e tem um caminho de acesso que nem no jipe consegue entrar, mas tem iluminação pública neste momento, já tem iluminação led, o que é uma coisa espantosa. Queixam-se aí que nas aldeias não há iluminação, aqui um caminho particular possui iluminação pública. Verifica-se que tudo o que está à volta é da família Repolho, portanto, totalmente uma propriedade particular e o que estamos aqui a propor é que o serviço público assuma um caminho particular, rodeado de propriedade particular e que vai ser possivelmente infraestruturado, já tem a parte elétrica, e possivelmente alcatroado, quem lá entrar não tem saída porque aquilo termina contra um muro da casa de um deles e nem sequer está previsto aqui uma "rotundazinha" ou um parque para poder enganar-se e voltar para trás, terá que vir de marcha-atrás. Ora, isto é uma situação que eu considero que é tudo a favor da família Repolho, parte dela vive nos Açores, os outros em diferentes sítios e, portanto, aqui é um privado que está a pedir que se construa dentro da sua propriedade privada um caminho público que ninguém irá utilizar, realmente só já vive a família Repolho e nem fica um lugar para estacionar um carro porque a largura da via não é suficiente para isso, mas privilegia-se uma família. Fica tudo a cargo do público, mas, contudo, aí nas freguesias, com o novo PDM, há um sujeito que quer fazer uma casa ou lado da família e não lhe é permitido, é-lhe vedado. Um construtor quer fazer uma urbanização e a Câmara exige-lhe infraestruturas, esgotos, isto e aquilo, mas aqui não, aqui a família Repolho está a pedir um apoio completo da parte pública para fazer um estudo, uma via pública dentro da sua propriedade. Será que eu amanhã posso lá chegar com o meu carro e estacionar lá? Vêm eles a correr, não, não isto aqui é privado, mas quem paga a iluminação é o Estado, é a Câmara Municipal que paga a iluminação, quem paga o pavimento é a Câmara Municipal, é um bom princípio. Acho que todos temos que começar nos condomínios, os caminhos que temos por trás das casas, também a pedir a eliminação pública, também a pedir isto tudo. Eu perante isto, eu pessoalmente voto contra. Acho que atingimos um limite que com as pessoas a quererem fazer casas onde não lhes é permitido pelo PDM, vir-se conceder uma situação destas a uma família, a família Repolho, não vejo porquê. Uma casa construída no meio do campo sem acesso nenhum e fazendo este caminho não há hipótese nenhuma de ele continuar. Pronto, esperarei a explicação do senhor Presidente da Junta."

Intervenção do senhor Presidente da UF Leiria, Pousos, Barreira e Cortes – José Cunha



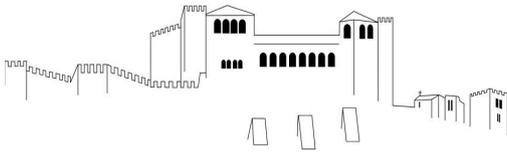
Município de Leiria Assembleia Municipal

"Boa noite, cumprimento o senhor Presidente e na sua pessoa todos os que estão a participar na Assembleia e os que nos assistem quer aqui presencialmente, quer pelos meios tecnológicos.

De facto, o Pereira de Melo tem exercido bem a sua função de agente fiscalizador da Assembleia Municipal e aproveitou para lhe dizer que da última indicação que deixou do sinal de aproximação de passadeira pedi ao proprietário da quinta da Serradinha que podasse a oliveira e o sinal, portanto, se lá passou já viu que já está visível, e este também vem nesse âmbito, esta intervenção anterior, porque, de facto, aquilo que fez na descrição da generalidade corresponde à verdade. Aquilo é um caminho muito antigo, no século passado até que segundo soube até esteve previsto fazer a ligação por uma rua lá da Cruz d'Areia que fazia ali uma ligação, mas depois foi-se construindo, se calhar ainda porque não havia PDM, e depois as coisas ficam ocupadas e há aqui outra particular, aquilo realmente é a maior parte da família Repolho, mas as famílias vão crescendo, os anos vão passando, isto é dos herdeiros e como viram na deliberação são muitos herdeiros, alguns deles já venderam, porque aquilo é uma propriedade que já está dividida, portanto, alguns deles já venderam a terceiros que não conseguem sequer ter o número de polícia porque não estão na rua principal que existia antigamente e já estão com frente para essa e, portanto, há dificuldades até na distribuição da correspondência. O caminho já existia, como disse e bem já tem infraestruturas elétricas e até de comunicações, que o poste também está bem visível. As duas primeiras casas já têm rede de abastecimento de água, sinceramente não verifiquei se têm saneamento, mas é provável que tenham para o arruamento já existente. Portanto, isto tratou-se de corrigir, a Câmara fez questão, e tivemos lá várias reuniões ainda no anterior mandato, e fez a questão de garantir um mínimo de 4 metros e, portanto, estas cedências que aparecem aqui de dois ou três proprietários vêm um pouco nesse sentido, de criar ali na rua no mínimo que garantisse os 4 metros salvo erro e, portanto, acho que é legítimo também aos novos proprietários que já não são da família Repolho poderem também ter ali as suas condições para rapidamente legalizarem as suas casas. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD

"Sou sensível realmente ao argumento dos que compraram, mas acho que não devemos promover que se comesse a comprar terrenos encravados, terrenos situados sem acesso público possível para se poder lá começar a construir. Acho que a Câmara ao exigir infraestruturas e projetos que não apoiem isso. Portanto, eles compraram sabendo que estavam encravados por todos os lados. Se vocês virem na internet por cima vê-se uma casa lá no meio dos quintais e vê-se a família Repolho e um muro. Eu não sei quem é que comprou o resto, mas isto é promover que no futuro comece a haver uma distribuição



Município de Leiria
Assembleia Municipal

caótica nesses terrenos, tudo isso, quer dizer, as zonas verdes qualquer dia desaparecem. Se houvesse um projeto que realmente essa rua seguia, que essa rua tinha hipótese de servir mais população, não, essa rua apenas vai servir ao que parece a família Repolho e os que a quem eles venderam, mas quando uma pessoa compra um terreno também tem que pensar um bocadinho, se é possível ou não é possível lá vir a construir, não é depois apresentar à Câmara Municipal e dizer, olhe eu já cá estou agora quero construir, isso não pode ser.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse nada ter a acrescentar.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 2 votos contra** (1-PSD, 1-CDS-PP) **e 7 abstenções** (7-PSD), a **Afetação do leito de um caminho ao Domínio Público Municipal, sito Cruz D' Areia na União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção do senhor deputado **Dário Seguro Joaquim – CDS-PP**

Transcrição:

"Obrigado senhor Presidente.

Confesso que é nostálgico e recordamos aqui há uns anos atrás, eu estou bastante em sintonia com aquilo que o deputado Pereira de Melo aqui transmitiu. Efetivamente, e como declaração de voto, o CDS não tem nada contra os atuais habitantes daquelas propriedades ou atuais proprietários daquelas propriedades. Votamos contra porque efetivamente estamos a abrir um precedente para outras eventuais situações e nesse sentido há que precaver o futuro e que este tipo de situações não possam ser promovidas. Disse."

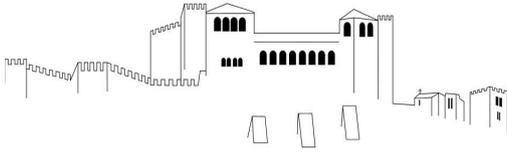
Ponto 6 – Regulamentos:

Ponto 6.1 - Regulamento Específico da Zona de Estacionamento do Centro Histórico de Leiria - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Afirmou ser um regulamento que tenta no fundo dar suporte aquilo que são algumas das ambições dos moradores do centro histórico no que diz respeito à a identificação não só dos lugares de estacionamento, mas também irá permitir uma correta gestão e atribuição desses mesmos lugares numa zona antiga, com ruas estreitas e onde os lugares de estacionamento são muito reduzidos, motivos pelos quais apresentam esta proposta para no fundo disciplinar esta zona da cidade em termos de estacionamento.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 6.1** à votação.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, o **Regulamento Específico da Zona de Estacionamento do Centro Histórico de Leiria**.

Ponto 6.2 - Projeto de Regulamento de Benefícios Fiscais para a Reabilitação Urbana do Município de Leiria - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Informou que existe um Decreto-Lei (215/89) que define o estatuto dos benefícios fiscais e ao abrigo do qual empresas / entidades que façam reabilitação urbana poderão beneficiar de apoios, isenções em termos de IMI e IMT além de verem também o seu IVA reduzido na construção nessas áreas. Continuou dizendo que esse Decreto-Lei define também que as próprias Câmaras a nível nacional, se tiverem um regulamento específico, poderão prolongar esses apoios, no caso do IMI durante mais 5 anos. O facto de alguns municípios já terem esse regulamento em vigor levou a que o Município de Leiria equacionasse elaborar o mesmo com o objetivo de criar um incentivo para que as áreas de reabilitação urbana que atingem vários pontos da cidade de Leiria, mas também no futuro outros pontos em freguesias específicas sobre os seus núcleos mais antigos permitam que, em termos de construção, se possa fazer a sua rápida reabilitação e com isso beneficiar destes incentivos fiscais o que significa que existe um contributo concreto em termos financeiros em que a Câmara abdica de receita fiscal para que se promova com maior rapidez aquilo que é a reabilitação urbana de áreas específicas do concelho. O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 6.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, o **Projeto de Regulamento de Benefícios Fiscais para a Reabilitação Urbana do Município de Leiria**.

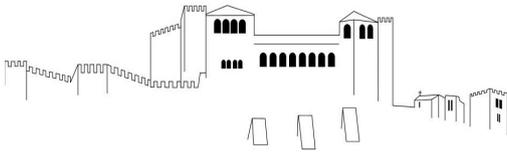
Ponto 6.3 - Projeto de Alteração ao Regulamento do Prémio Literário Afonso Lopes Vieira - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Informou serem alterações mínimas de carácter literário de modo a poderem apoiar a iniciativa em termos da promoção da criatividade literária a nível nacional.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 6.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, o **Projeto de Alteração ao Regulamento do Prémio Literário Afonso Lopes Vieira**.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Ponto 7 – Áreas de Reabilitação Urbana

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que o ponto fosse apreciado e discutido na totalidade votando-se depois ponto a ponto.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Começou por explicar que relativamente à vila de Monte Real a Câmara identificou os núcleos históricos existentes. O núcleo mais antigo, junto ao castelo, onde existe um conjunto de equipamentos públicos a precisar de reabilitação, mas também de habitações que poderão beneficiar deste incentivo. Disse ser uma área que consideram extremamente importante do ponto de vista patrimonial. Afirmou que, caso seja aprovada esta proposta, esta área poderá vir a beneficiar de outro tipo de incentivos comunitários no futuro quando ficar definido o próximo quadro de apoio.

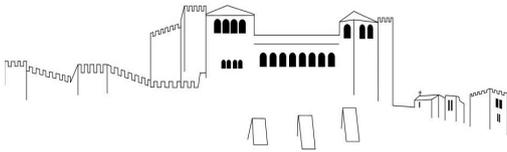
Relativamente ao ponto 7.2 referiu que a filosofia é idêntica sendo que a única diferença tem a ver com o perímetro de reabilitação urbana que está mais nas imediações da zona termal. Na sua opinião, irá permitir no futuro que as casas que já apresentam mais de 30 anos de existência e que precisam de reabilitação possam beneficiar dos incentivos fiscais que falou, mas também o próprio Município se tiver as ARUS's aprovadas e se o futuro quadro comunitário eger essas áreas como beneficiárias de incentivos para a realização de obras, algumas das obras que pretendem fazer nas imediações terão financiamentos comunitários o que faz com que a Câmara poupe uma parte significativa desse investimento não só nessa área, mas também na das Cortes e da Barreira. Disse ainda que pretendem eger zonas onde há património do Município, nomeadamente praças e edifícios antigos apresentando como exemplo nas Cortes a zona das adegas, na Barreira o palácio do Visconde e o respetivo jardim, e em Monte Real o cineteatro e toda a zona daquela rua e praça que foram objeto de intervenção recente. Referiu que se tiverem sucesso com essa estratégia poderão vir a beneficiar de incentivos do próximo quadro comunitário para fazer obras que ambicionam, mas que se tornam extremamente caras se se contar apenas com o financiamento da Câmara.

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço – PSD

Transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, nós somos sensíveis aos argumentos apresentados e concordamos com eles, só queríamos uma explicação. Qual é o critério que usaram para num caso a dispensa de taxas ser de 100% e no outro 50%? Qual é razão, quais são os critérios, qual foi a razão?"

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Esclareceu que deve ter como fundamento aquilo que são as características histórias e as intervenções de reabilitação em que, porventura, uma será merecedora de mais incentivo do que a outra.

Ponto 7.1 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Núcleo Antigo de Monte Real - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 7.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a **Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Núcleo Antigo de Monte Real**.

Ponto 7.2 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Monte Real – Termas - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 7.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a **Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Monte Real – Termas**.

Ponto 8 - Vouchers Turísticos e de Ofertas de Leiria para 2022 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** explicou ter a ver com uma política de marketing e promoção que a Câmara utiliza através da edição e impressão destes vouchers de modo a promover a marca “Leiria” em termos culturais.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 8** à votação.

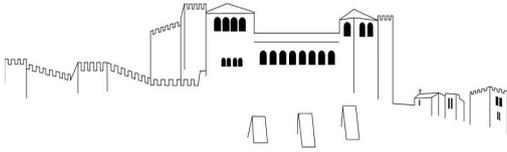
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, os **Vouchers Turísticos e de Ofertas de Leiria para 2022**.

Ponto 9 – Suspensão de taxas de ingresso no Agromuseu Municipal Dona Julinha e Moinho do Papel - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Refere-se a um pedido para que a Assembleia isente as entradas até 31 de dezembro de 2023 nestes espaços culturais uma vez que acham que estes equipamentos poderão aumentar não só o número de visitantes, mas cumprir com a sua missão se a entrada for gratuita.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9** à votação.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade**, a **Suspensão de taxas de ingresso no Agromuseu Municipal Dona Julinha e Moinho do Papel**.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação os pontos 1 a 9 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria deliberado **por unanimidade**, a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Art.º 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** encerrada a sessão, eram **01h02** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales**, e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 23 de setembro de 2022, deliberou **por unanimidade** aprovar a ata.

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria

António Lacerda Sales

A Técnica Superior

Catarina Isabel dos Santos Clemente